

# **O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses**

**Ana Margarida Dias da Silva**

**Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação e  
Documentação – Área de especialização em Arquivística**

**(Outubro, 2013)**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação e Documentação –  
Área de especialização em Arquivística realizada sob:

Orientação científica:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientador:

Dr. Pedro Penteado

*A sorte protege os audazes*

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai para os orientadores. À Professora Doutora Lurdes Rosa e ao Professor Pedro Penteadó agradeço toda a disponibilidade demonstrada, não só nos meses de realização da dissertação mas também durante todo o mestrado, todas as reuniões, conversas informais, críticas e sugestões que muito contribuíram para o resultado final deste trabalho. Muito obrigada por todo o incentivo e, principalmente, por acreditarem nas minhas capacidades.

Aos meus pais pela presença constante e amiga, por todo o amor e carinho com que sempre me trataram, por todo o apoio e paciência que têm para comigo e, sobretudo, por me deixarem voar livre nas minhas escolhas e acreditarem que sou capaz, não importa a adversidade.

Aos meus irmãos, João Pedro e Miguel, à minha cunhada Lúcia, à minha sobrinha recém-nascida Violeta e à gatinha Bi por fazerem parte da minha vida e estarem comigo em todos os momentos.

Às minhas amigas arquivistas Marta Gama, Liliana Gomes e Cláudia Filipe, um agradecimento muito especial pelo trabalho minucioso de leitura, revisão e crítica do trabalho que aqui se apresenta assim como as muitas conversas, troca de opiniões e desabafos entre almoços e jantares.

À Catarina Serafim, colega e amiga do mestrado CID, igualmente apaixonada por arquivos, música e gatos, por dois anos de luta intensa, de muito cansaço, de muitas ilusões e desilusões, mas também pelo grande companheirismo e entreajuda: obrigada!

Aos meus queridos amigos Ana Isabel Silva, Rita Dias, Sofia Miranda e Emanuel Guimarães por aceitarem todas as ausências e a distância destes dois últimos. Muito obrigada pela vossa amizade.

Por fim, agradeço a todos os arquivistas que trabalham, pensam e escrevem sobre arquivos.

# **O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses**

**Ana Margarida Dias da Silva**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos Municipais, Internet, Web 2.0, Arquivos 2.0, Acesso, Difusão

Os arquivos municipais portugueses, enquanto serviços das câmaras municipais, têm como funções primordiais, entre outras, facilitar o acesso e contribuir para a comunicação e difusão da documentação/informação arquivística de que são responsáveis e pela qual são responsabilizados.

Num contexto global da Sociedade de Informação em que a Internet se configura como uma ferramenta primordial de contato e aproximação a um universo cada vez mais global de utilizadores importa perceber, num primeiro ponto, como é que os serviços de arquivo municipais fazem uso desta ferramenta no apoio às funções de acesso e difusão da informação arquivística.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da Web Social ou Web 2.0 veio potenciar um novo conjunto de possibilidades alicerçadas no aproveitamento da inteligência coletiva. Esta realidade constitui um segundo substrato de análise, sobretudo associado à difusão da informação.

Esta dissertação procura, assim, responder à pergunta: a Internet e a Web 2.0 são usadas pelos arquivos municipais portugueses para promover o acesso e a difusão da informação arquivística?

## **ABSTRACT**

**KEY-WORDS:** Municipal Archives, Internet, Web 2.0, Archives 2.0, Access, Outreach

The Portuguese municipal archives, as a service of the City Hall management, have crucial functions in the access, communication and outreach of the documentation/information they conceal.

The Internet, as a tool of the Information Society, which can contribute to an enlargement of the users of the archives, constitutes a first point of interest in this work. It matters to see how the municipal archives use the Internet to provide access and to promote the outreach.

At the same time, the Social Web or the Web 2.0 have an all new possibilities. The collective intelligence may be use to the outreach of the archival information, and that's a second point of analyses.

This work aims to unlighted the question: does the Internet and the Web 2.0 are use by the Portuguese municipal archives as tools to promote access and the outreach of archival information?

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Confrontando ideias, comparando teorias: a revisão da literatura.....	4
I. 1. Uma aproximação aos conceitos Web 2.0 e Arquivos 2.0.....	5
I. 2. Os arquivos municipais em Portugal: o que são?.....	11
I. 3. Os conceitos de acesso e difusão na terminologia arquivística.....	16
Capítulo II: Procedimentos metodológicos.....	17
II. 1. Definição do objecto.....	17
II. 2. Construção do modelo de análise.....	18
II. 3. Os bons exemplos devem ser seguidos: identificação de boas práticas.....	21
II. 4. Têm a palavra os arquivistas municipais: contributos teóricos e estudos de caso.....	23
Capítulo III: Arquivos Municipais na WWW: realidade virtual?.....	24
III. 1. De <i>link</i> em <i>link</i> quantificando os dados.....	24
III. 2. Da qualidade do acesso e da difusão <i>online</i> : análise dos dados	28
Capítulo IV: Discussão dos resultados e sugestões de boas práticas.....	40
Conclusão.....	47
Refrências bibliográficas .....	50
Recursos electrónicos.....	59

Anexos.....	i
Tabela 1. Presença de Arquivos Municipais na Internet por Distrito .....	i
Tabela 2. Arquivos Municipais com sítio próprio na Internet por Distrito..	i
Tabela 3. Arquivos Municipais com presença no portal da Câmara Municipal por Distrito.....	ii
Tabela 4. Blogues de Arquivos Municipais por Distrito.....	ii
Tabela 5. Arquivos Municipais com conta no Facebook por Distrito.....	iii
Tabela 6. Arquivos Municipais com conta no Twitter por Distrito.....	iii
Tabela 7. Arquivos Municipais com conta no Flickr por Distrito.....	iv
Tabela 8. Arquivos Municipais com IDD <i>online</i> por Distrito.....	iv
Tabela 9. Arquivos Municipais com descrição multinível <i>online</i> por Distrito.....	v
Tabela 10. Arquivos Municipais com objetos digitais <i>online</i> por Distrito...	v
Tabela 11. Arquivos Municipais com colaboração / interação com os utilizadores <i>online</i> por Distrito.....	vi
Tabela 12. Arquivos Municipais com Exposições virtuais por Distrito...	vi
Tabela 13. Arquivos Municipais com estratégias de marketing / divulgação <i>online</i> por Distrito.....	vii
Tabela 14. Arquivos Municipais com <i>links</i> para outros <i>sites</i> na Internet por Distrito.....	viii
Tabela 15. Arquivos Municipais com registo de número de acessos <i>online</i> por Distrito.....	viii
Tabela 16. Arquivos Municipais com estudos de perfil de utilizador	



<i>online</i> por Distrito.....	ix
Tabela 17. Distrito de Aveiro.....	ix
Tabela 18. Distrito de Beja.....	x
Tabela 19. Distrito de Braga .....	xi
Tabela 20. Distrito de Bragança.....	xi
Tabela 21. Distrito de Castelo Branco.....	xii
Tabela 22. Distrito de Coimbra.....	xii
Tabela 23. Distrito de Évora.....	xiii
Tabela 24. Distrito de Faro.....	xiii
Tabela 25. Distrito da Guarda.....	xiv
Tabela 26. Distrito de Leiria.....	xiv
Tabela 27. Distrito de Lisboa.....	xv
Tabela 28. Distrito de Portalegre.....	xvi
Tabela 29. Distrito do Porto.....	xvi
Tabela 30. Distrito de Santarém.....	xvii
Tabela 31. Distrito de Setúbal.....	xviii
Tabela 32. Distrito de Viana do Castelo.....	xviii
Tabela 33. Distrito de Vila Real.....	xix
Tabela 34. Distrito de Viseu.....	xix
Tabela 35. Relação de Arquivos Municipais na WWW com PARAM....	xx
Tabela 36. Arquivo Municipal de Barcelona.....	xx

## INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação, em cuja realidade se insere a comunidade arquivística global, veio alterar as formas de acesso à informação. O aparecimento da *World Wide Web* revolucionou a forma de relacionamento dos utilizadores, clientes e cidadãos com a informação. O desenvolvimento de ferramentas colaborativas no que se designa por Web 2.0 veio contribuir, de forma decisiva, para construção colaborativa do conhecimento, fazendo uso da inteligência coletiva em que todos são simultaneamente consumidores e produtores de informação.

No contexto acima exposto, o objetivo principal deste trabalho é perceber como é que os arquivos municipais portugueses se adaptaram a esta realidade virtual e que uso fazem da Internet no acesso e disponibilização da documentação/informação que produzem no exercício da sua atividade e que conservam, tornando possível “el acceso global al conocimiento local” (CERDÁ DÍAS, 2009: 30). A escolha desta tipologia de arquivos prende-se com o facto de serem serviços de organismos públicos, as câmaras municipais, que são entidades que estão, à partida, mais próximas dos cidadãos. Para o trabalho em causa, entende-se por “arquivo municipal” um serviço especializado com os objetivos de “incorporar a documentação sem interesse administrativo, proveniente de arquivos activos (a entidade produtora continua em plena actividade)” assim como de “qualquer arquivo desactivado (a respectiva entidade produtora cessou a sua actividade)” (RIBEIRO, 1998: 50) sendo responsáveis pela sua incorporação, preservação, tratamento, comunicação e difusão.

Paralelamente procura-se analisar a utilização de ferramentas colaborativas da Web 2.0 (nomeadamente blogues, Facebook, Twitter e Flickr) na difusão da informação arquivística. Estas plataformas, na sua maioria gratuitas<sup>1</sup> e de fácil edição, permitem também interagir com um público que poderá nunca entrar num edifício físico de arquivo (SINCLAIR, 2011: 5). Por outro lado que dão visibilidade aos arquivos na sociedade. Ramón Alberch Fugueras questiona-se “¿Porqué razón tenemos tan graves dificultades para difundir nuestro trabajo y, sobre todo, evidenciar nuestra utilidad al conjunto de la sociedad?” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 2). Neste âmbito, considera-se também pertinente verificar se as referidas ferramentas que, muito embora não

---

<sup>1</sup> Nem todas estas plataformas são gratuitas; veja-se o caso do Overblog, serviço pelo qual se paga para fazer ligações diretas entre o Facebook ou o Twitter e o blogue.

tenham sido desenhadas especificamente com o intuito de difundir informação arquivística, são ou não utilizadas pelos arquivos municipais portugueses.

O interesse por esta matéria surge também por que atualmente, “... las tecnologías se conviertan en unos verdaderos aliados de la democratización de la información...” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 10) e a ideia subjacente ao conceito de Web 2.0 “c’est le fait d’utiliser la créativité, l’intelligence et le savoir-faire d’un grand nombre de personnes (des internautes en général), en sous-traitance, pour réaliser certaines tâches traditionnellement effectuées par un employé ou un entrepreneur.” (BOUYÉ, 2012 : 2). Os arquivos estiveram largos anos confinados entre os muros dos seus edifícios e as atividades principais prenderam-se com a descrição e a preservação dos documentos, numa perspetiva custodial. Na atualidade, numa fase pós-custodial, a informação passou a ser o objeto de estudo e de trabalho do arquivista, verifica-se um aumento do “potencial de generar contenidos para la web” (ACUÑA & AGENJO, 2005: 408), assiste-se a um aumento das expectativas dos utilizadores, (cada vez mais nado-digitais), dos arquivos, instituições que necessitam de ganhar visibilidade e melhorar a qualidade do acesso à informação, considerando prioritária o acesso à informação “pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação” (SILVA, 2006: 21).

A observação feita para a concretização do presente trabalho é, em certa medida, realizada do ponto de vista de um cidadão/utilizador que procura informação arquivística sobre o seu município através da Internet, contando, contudo, com uma visão mais crítica, fruto da base teórica apreendida ao longo do mestrado e também da experiência profissional de quase 10 anos, alicerçadas em bibliografia específica na área das Ciências da Informação.

Esta abordagem terá, por certo, as suas limitações: reconhece-se que não será aferido todo um conjunto de dificuldades logísticas e financeiras, humanas e materiais a que os serviços de arquivo estão sujeitos nos municípios. Este ponto será colmatado, com a revisão da literatura científica e que permitirá auxiliar na compreensão dos dados analisados e das conclusões retiradas. Ficam também por responder questões para as quais só seria possível obter respostas através de inquéritos junto dos utilizadores, para aferir do seu grau de satisfação relativamente à documentação/informação que encontram sobre os arquivos municipais portugueses na Internet.

O presente trabalho encontra-se, então, dividido em quatro capítulos: um primeiro capítulo dedicado à Revisão da Literatura na procura da clarificação de conceitos; um capítulo seguinte sobre a Metodologia seguida na construção do modelo de análise; um capítulo de análise quantitativa e qualitativa dos dados apurados; e por fim, a discussão dos resultados e sugestões de boas práticas.

A Revisão da Literatura é importante para se perceber de que se fala quando se refere Web 2.0 e Arquivos 2.0. Estes dois conceitos são os primeiros a ser explorados na bibliografia nacional e estrangeira. Depois, importa esclarecer o que se entende por “Arquivo Municipal” uma vez que é esta a tipologia de arquivos selecionada como objeto de análise. Por último, será feita uma abordagem aos conceitos de acesso e difusão.

A Metodologia de análise seguida (quantitativa e qualitativa) assenta na identificação de serviços de arquivos municipais que estejam presentes na Internet e que usem a WWW e as ferramentas colaborativas da Web 2.0, no acesso e na difusão da informação arquivística de que são produtores/detentores. Valorizam-se os casos de arquivos que se abrem aos utilizadores/cidadãos através da transparência e disponibilização da informação utilizando tecnologias colaborativas, no aproveitamento da inteligência social. Os arquivos 2.0 procuram nos utilizadores uma fonte de participação na construção do conhecimento, numa troca viva de informação, de experiências e de saber. Complementarmente, o Arquivo Municipal de Barcelona, em particular, os arquivos municipais castelhanos e os arquivos comunais e departamentais franceses, em geral, servirão de contraponto de análise, na procura de boas práticas que possam servir numa perspetiva comparada com a realidade portuguesa.

O último capítulo de análise e discussão dos resultados pretende ser o ponto central de interpretação dos dados recolhidos. Os conceitos apreendidos na Revisão da Literatura serão aplicados e confrontados com a realidade encontrada numa procura de aproximação à noção de Arquivos 2.0.

O estudo em causa configura-se como um primeiro olhar sobre uma realidade pouco estudada no nosso país: a realidade arquivística na Web Social. Este trabalho pretende ser um contributo mais, no que aos arquivos municipais diz respeito, e sempre numa perspetiva de acesso e difusão de informação, assim como de proximidade e prossecução de uma cidadania ativa e partilhada entre arquivos e cidadãos através da

Internet e da Web 2.0 já que “La apuesta por las tecnologías es, ciertamente, la única opción válida, ya que la ampliación del uso social de los archivos pasa necesariamente por fomentar su utilización, y por considerar el concepto de ciberespacio como un revulsivo que juega a favor de las instituciones que, como los archivos, cuentan con un gran capital informativo.” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 10).

## **CAPÍTULO I. Confrontando ideias, comparando teorias: a revisão da literatura**

A clarificação de conceitos importa na medida em que serão eles que vão justificar e comprovar, ou não, os pressupostos teóricos enunciados aplicados à análise quantitativa e qualitativa do trabalho proposto. Os conceitos teóricos apreendidos serão a base de validação da pergunta de partida a que se procura responder: a Internet e as ferramentas colaborativas da Web 2.0 são usadas no acesso e difusão da informação arquivística pelos arquivos municipais portugueses?

Começa-se, então, por uma procura de definição dos conceitos de Web 2.0 e de Arquivos 2.0 de forma a perceber se estas realidades existem em Portugal e pela análise da tipologia de arquivos selecionada, os arquivos municipais. Neste ponto a bibliografia portuguesa é escassa, existindo, no entanto, trabalhos pontuais (NOGUEIRA, 2010; ANTÓNIO & SILVA, 2011).

Complementarmente, para as Bibliotecas existem já alguns estudos sobre a utilização de blogues (ALVIM, 2007; BARRETO, 2007; EIRAS, 2007; SOUSA et al., 2007), do Facebook (ALVIM, 2011), de wikis (LEITÃO, 2011) e da Web 2.0 (ALVIM & NUNES, 2010) pelos bibliotecários. A literatura científica produzida no âmbito das bibliotecas será de grande utilidade visto abordar a temática da difusão e acesso à informação, aspetos que encontram fácil paralelismo no universo dos arquivos. Há autores na área das bibliotecas que apontam caminhos que são comuns aos que agora se pretende traçar. Se “Much of the library discussion of Web 2.0 is about 'diffusion', about a set of techniques for richer interaction.” (TONTA, 2008: 32), isto também é válido para os arquivos. A Biblioteconomia e a Arquivística são duas disciplinas científicas das Ciências da Informação daí recorrer-se amiúde aos exemplos das bibliotecas para confirmar ou confrontar posições no caso dos arquivos. No seu artigo

de 2009, Mary Samouelian também aponta a diferença existente entre a produção científica dedicada à Web 2.0 pela comunidade arquivística e pela comunidade biblioteconómica, sendo que na segunda o tema é mais largamente debatido e estudado (SAMOUELIAN, 2009: 44).

A produção científica dos profissionais que trabalham em arquivos municipais, nacionais e estrangeiros, é fundamental para perceber como que é que os profissionais que trabalham nestes arquivos veem a utilização das ferramentas colaborativas da Web 2.0 e como isso tem afetado a sua profissão. Os estudos de caso desenvolvidos no local de trabalho são relevantes pois dão conta das experiências realizadas na primeira pessoa (veja-se, por exemplo: EIRIZ, 2011; RODRIGUES, 2011; LOURENÇO, 2011). Ao mesmo tempo recorre-se a trabalhos semelhantes desenvolvidos no estrangeiro: a recolha de informação sobre o estado dos arquivos municipais das Canárias levado a cabo pelo Grupo de Trabajo de Archivos Municipales Canarios em 2008; a tese de Joan Sinclair *The Interactive Archives: Social Media and Outreach*, que analisa a utilização das ferramentas da Web Social na difusão e acesso aos arquivos de Manitoba, Canadá (SINCLAIR, 2012); a análise que Adam Crymble faz da utilização do Facebook e do Twitter pela comunidade arquivística (CRYMBLE, 2010); os vários artigos de Kate Theimer sobre Arquivos 2.0 (THEIMER, 2011a; THEIMER, 2011b). Também na literatura francesa se encontram trabalhos recentes dedicados à web social (BOUYÉ, s.d.; MOIREZ, 2012). Nestes trabalhos, os autores exploram as mudanças que a utilização da Internet, e mais concretamente, a Web 2.0 trouxe às práticas arquivísticas e ao trabalho dos profissionais, aplicando a sua interpretação a um conjunto de arquivos. As suas análises, interpretações e conclusões serão alvo de crítica e de comparação com a realidade dos arquivos municipais portugueses.

### **I. 1. Uma aproximação aos conceitos Web 2.0 e Arquivos 2.0**

Os autores que se dedicam ao estudo da difusão e acesso à informação são unânimes em considerar que o aparecimento da *World Wide Web* veio revolucionar a forma de comunicação e de acesso à informação e os arquivos não ficaram alheios a esta realidade. Importa clarificar conceitos e os autores analisados dedicam parte dos seus esforços a esta discussão.

Na aplicação do referencial privilegiam-se as boas práticas de acessibilidade, comunicação, troca de informação e diálogo que contribuem para a valorização e presença da informação (SINCLAIR, 2011: 30). Difundir, comunicar e dinamizar são palavras-chave (CERDÁ DÍAZ, 2010: s.n.) e são estes os fatores fundamentais a ter em conta no sucesso da difusão e acesso à informação arquivística. Não se esquecem igualmente todos os pontos que permitem a ligação com projetos relacionados. A interação e o envolvimento do público é fundamental para que este se aperceba da importância dos arquivos e, porque em última análise, o trabalho realizado nos arquivos tem sempre em vista a satisfação das necessidades informacionais do cidadão (SINCLAIR, 2011: 6).

Se “Hasta hace poco tiempo, su utilidad [da Internet] se circunscribía a páginas estáticas html, aunque ya se ha incorporado la búsqueda en el contenido de documentos en pdf, *Word*, y otro tipo de formatos” (ACUÑA & AGENJO, 2005: 409), no início do século XXI assiste-se a uma mudança: “the Web is moving toward a shared environment that embraces collective intelligence and participation, which is often called Web 2.0” (SAMOUELIAN, 2009: 42), ou seja, a Web 2.0, termo que surge pela primeira vez em 2004, caracteriza-se por uma mudança de atitude, mais do que uma nova tecnologia (ALVIM, 2011: 16) onde está presente a participação ativa e coletiva na criação, edição e publicação de conteúdos. De facto, é essa ligação aos utilizadores, não já como atores passivos, mas como intervenientes no processo de construção de conhecimento que teve maior impacto no desenvolvimento de novos serviços (MARGAIX ARNAL, 2007: 95). O conceito Web 2.0, que pode estar na origem de um novo modelo de comunicação, veio alterar a forma de atuação das instituições que trabalham com informação pois inclui uma filosofia de abertura, inclusão, tolerância pela desordem, valorização da contribuição “amadora” (CARVER, 2008: 3). Mais do que na organização física dos documentos, a informação baseia-se cada vez mais num conceito de rede e na circulação de conhecimento (CERDÁ DÍAZ, 2002: 8) pois importa ter acesso à informação e às ligações que possam existir independentemente do suporte, localização física e detentor.

Adam Crymble acrescenta que a “Web 2.0 is not limited to expensive or technologically advanced services; neither does it have to involve tagging. An archives need not adopt all Web 2.0 services to offer an effective, web-based outreach program. There are many tools under the Web 2.0 umbrella that can help to serve the mandate of

an archives without requiring heavy investments of time or money. These tools fall under the blanket terms of “social media” or “social networking,” which refer to an increasing number of online services, almost all free.” (CRYMBLE, 2010: 128). A Web 2.0 não tem um único elemento chave ou um serviço web que a caracterize como tal mas possui uma série de características, que não estão necessariamente em simultâneo num mesmo serviço Web (MARGAIX ARNAL, 2007: 96). Socorre-se também da definição apontada por O’Reilly quando diz que as aplicações da Web 2.0 são aquelas que tiram partido das vantagens intrínsecas da web, numa constante atualização de serviços, e que melhora tanto mais quanto mais gente a utilizar, incluindo utilizadores individuais, que oferecem os seus próprios dados, que podem ser reutilizados por outros, numa “arquitetura de participação” em rede. (O’REILLY, 2005). Sintetizando, o aproveitamento da inteligência coletiva associado à web social é a chave do desenvolvimento da Web 2.0.

O relacionamento dos arquivos com a Internet, as redes sociais e os blogues é incontornável e os profissionais que trabalham com informação não podem deixar de estar atentos a todos estes fenómenos. “Internet nos obliga por tanto a una gran esfuerzo de adaptación si queremos ocupar el lugar que nos corresponde en esta nueva geografía de la difusión y acceso a la información” (CERDÁ DÍAZ, 2002: 5). O aumento da disponibilização de arquivos em formato digital resulta também da ideia de que a informação, que antes estava apenas disponível a um grupo restrito de investigadores, passa agora a estar acessível a um grupo mais vasto, em qualquer lugar e a qualquer hora (SAMOUELIAN, 2009: 43). As ferramentas colaborativas disponibilizadas pela Web 2.0 vieram alterar a forma de difusão e acesso à informação, sobretudo através da participação dos utilizadores, e os arquivos, as bibliotecas e os museus tenderão a desenvolver a capacidade de se adequar à realidade da cibercultura e saber acompanhar a evolução tecnológica. “Au contraire d’autres domaines culturels, la politique de diffusion sur le web des services d’archives est largement centrée sur la mise en valeur des documents. Ainsi, les services d’archives n’affichent pas de volonté particulière d’amener, via le web social, les usagers dans les salles de lecture physiques, à la différence des musées qui utilisent le web pour augmenter la fréquentation de leurs institutions. Il est dès lors possible de mettre en place une véritable dissémination massive des fonds d’archives, et d’initier un travail scientifique collaboratif sur celles-ci, à distance” (MOIREZ, 2012: 191). Também os profissionais desta área deverão ter a



capacidade de reinventar a profissão num constante estudo e aprendizagem nessa área (PEDROSO, 2008: 46).

As potencialidades da Internet e do que hoje se designa por Web 2.0 podem ser aproveitadas pelas instituições que trabalham com a informação. A Internet originou uma autêntica revolução nas mudanças relacionadas com o acesso e o uso da informação (CERDÁ DÍAZ, 2002: 1) e os arquivos e os arquivistas devem saber aproveitar as possibilidades que o universo da internet e das tecnologias participativas permitem. “La imparable emergencia de la denominada sociedad de la información constituye una oportunidad irreplicable para prestigiar la función archivística, dado que, cada vez más, se pretende que la información se convierta en fuente de conocimiento.” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 6). Para Margaix Arnal a verdadeira revolução centra-se na mudança de atitude face aos utilizadores que passam de consumidores de informação a elementos participativos na elaboração e gestão de conteúdos (MARGAIX ARNAL, 2007: 100).

O mesmo autor afirma que “El aprovechamiento de la inteligencia colectiva suele realizarse mediante la utilización del software social e integra todas las actividades encaminadas a recoger y utilizar el conocimiento de los propios usuarios de un servicio web. No basta con ser capaces de recopilar la información, ésta há de ser utilizable por los siguientes usuarios” (MARGAIX ARNAL, 2007: 100).

Em estudos recentes estima-se que 48,8% da população portuguesa acima dos 15 anos utilize a Internet e que os indivíduos que completaram o ensino secundário (88%) e o ensino universitário (94%) estão entre aqueles que mais regularmente acedem à internet (LEITÃO, 2011: 108), quer para lazer quer para trabalho. Em Espanha, estima-se que 43,2% dos internautas têm um perfil em alguma rede social (MARGAIX ARNAL, 2008: 591).

A Internet configura-se, assim, como um veículo primordial para a comunicação e divulgação de informação e são cada vez mais os arquivos *online* (CERDÁ DÍAZ, 2008: 153), que disponibilizam conteúdos via Web, sabendo aproveitar todas as potencialidades oferecidas pelo universo digital. Atualmente, o desenvolvimento da Web 2.0 (ou Web Social) veio colocar à disposição dos arquivos todo um conjunto de ferramentas e plataformas colaborativas que permitem maior interação e novas oportunidades de promoção institucional (NOGUEIRA, 2010: 1). As ferramentas

disponibilizadas pela Web 2.0 podem ser aproveitadas pelos profissionais da informação. A ubiquidade da internet permite uma maior visibilidade junto de um maior número de utilizadores e conseguir envolver o público é uma forma de retirar os arquivos da sombra e cada vez mais mostrá-los como centros de cultura, património e outras preocupações social (SINCLAIR, 2011: 1).

As redes sociais, o Facebook, as Wikis e os Blogues são a imagem da Web 2.0. Numa frase: “Web 2.0 is about connecting people (Facebook, MySpace, Ning), in an interactive (instant messaging, multimedia) collaborative workplace (slideshare, flickr, technorati, tagging) that everyone can edit (wikis, blogs).” (CROWLEY, 2009: 1). Aquilo que as distingue, portanto, de outras plataformas já existentes na Internet é a possibilidade de construção colaborativa, ou seja, a participação de todos enquanto produtores, autores, leitores, comentadores e utilizadores da informação e a possibilidade de partilha de conhecimento. Se “a disponibilização da informação através de guias, inventários ou catálogos deixou de ser a forma privilegiada de comunicação”, a Internet permite combinar “funções próprias da descrição e gestão dos documentos de arquivo com soluções de gestão de conteúdos através da nova visão dos Arquivos 2.0” (ANTÓNIO & SILVA, 2011: s.n.). Os arquivos abrem-se à participação e à colaboração dos utilizadores quanto optam pela adoção de ferramentas tecnológicas da web social que são utilizadas colaborativamente.

Theimer propõe uma definição de Arquivos 2.0 mais abrangente, ou seja, que vai para além da mera utilização das aplicações da Web 2.0 (THEIMER: 2011). Esta autora estabelece mesmo uma comparação entre Arquivos 1.0 e Arquivos 2.0 para realçar as mudanças ocorridas e conclui que os Arquivos 2.0 podem ser encarados como uma evolução (THEIMER, 2011: 60-65). No seu artigo, Marta Nogueira apresenta os impactos e os benefícios, assim como as resistências e desvantagens na utilização destas ferramentas (NOGUEIRA, 2010: 1). Esta autora afirma que a utilização das aplicações da Web 2.0 afeta a forma como o serviço e os produtos são acessíveis ao público e que beneficiam a imagem dos arquivos através de um maior reconhecimento junto do público e da diversificação dos seus utilizadores.

Diversos autores já citados apontam a utilização das ferramentas colaborativas da Web 2.0 como uma forma de aumento do número de utilizadores e um mecanismo de valorização das coleções. Estas ferramentas vieram afetar a forma como a informação é

disponibilizada ao público e a forma como o serviço é feito. Nogueira fala em resistências por falta de conhecimentos e por não se reconhecer estas ferramentas como aplicações “oficiais” ou válidas (NOGUEIRA, 2010: 2). No entanto, todos reconhecem mais vantagens que obstáculos à sua utilização, desde logo a gratuidade e utilização imediata destas plataformas (ex: Facebook, Blogue, Wikis), que pela facilidade de edição não necessitam de apoio informático.

Apontam-se como ferramentas colaborativas usadas pelos arquivos os blogues, o Facebook, o Twitter e o Flickr.

Os blogues, enquanto novas formas de difusão e criação coletiva constituem-se como um desafio para promoção dos serviços (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008: 52) dos arquivos, das bibliotecas e dos museus. Os blogues não são apenas espaços para onde se migra tecnologia mas sim sistemas de comunicação com o utilizador, transformando-os numa experiência de enriquecimento e conhecimento e de interação e comunicação entre o utilizador e o profissional da informação. O blogue é visto como uma plataforma ou espaço na Web onde se publicam conteúdos ordenados cronologicamente, que possibilita a introdução e partilha de conteúdos textuais, videográficos, imagens, etc., ao mesmo tempo que permite a interação com os utilizadores através de comentários, colocação de *tags* ou possibilidade de partilha noutras plataformas através de *links*, por exemplo. Embora não exista uma definição consensual e única, Barreto considera que um blogue tem três características essenciais: o “arranjo cronológico”, a “actualização periódica e existência de ligações para outros recursos semelhantes na Internet” (BARRETO, 2007: 9-10). Para Eiras (2007) e Pedroso (2008), os blogues são comparáveis a “diários virtuais”, embora sem a obrigatoriedade de escrever todos os dias. Ao contrário dos diários em papel, que se queriam guardados e secretos e eram escritos por um indivíduo, o blogue é um diário que não pode ser secreto (SOUSA et al., 2007: 93) e onde se procura a colaboração de outros, numa partilha constante de informação e conhecimento. São um espaço de escrita pessoal, (individual, coletiva ou institucional), que permitem uma construção colaborativa do conhecimento (EIRAS, 2007) a que Juárez Urquijo intitula de “criação ao alcance de todos” (JUÁREZ URQUIJO, 2007: s.n.). O sucesso dos blogues justifica-se pela facilidade de criação e de edição dos mesmos, sem necessidade de auxílio de técnicos especialistas (ALVIM, 2007b) e porque permite a cada pessoa, grupo ou instituição ser autor/editor de conteúdos, de informação e de opiniões (SANTOS & ROCHA, 2011).

As redes sociais como o Facebook (fundada em 2004 por Mark Zuckerberg) e o Twitter (criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone nos Estados Unidos da América) caracterizam-se pela criação de perfis públicos, de pessoas individuais ou coletivas, públicos ou privadas, que partilham informação, comunicam e conversam em rede com outros utilizadores (ALVIM, 2011: 18) Também Crymble aponta essa diferença entre o Facebook e o Twitter e a comunicação *online* feita através de blogues ou wikis, afirmando que os utilizadores das duas primeiras ferramentas optam conscientemente pela criação de perfis e que para ser um utilizador do Facebook ou do Twitter é necessária a criação de uma conta (CRYMBLE, 2010: 129). Margaix Arnal refere que o maior número de utilizadores do Facebook são estudantes universitários (MARGAIX ARNAL, 2008: 592) e, em Portugal, é usado maioritariamente por adultos (LEITÃO, 2011: 112). O Twitter é “uma rede social e servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “*tweets*”), por meio do *website* do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento” (WIKIPÉDIA, 2013) e o Facebook é uma rede social onde “Os usuários devem se registrar antes de utilizar o *site*, após isso, podem criar um perfil pessoal, adicionar outros usuários como amigos e trocar mensagens, incluindo notificações automáticas quando atualizarem o seu perfil. Além disso, os usuários podem participar de grupos de interesse comum de outros utilizadores, organizados por escola, trabalho ou faculdade, ou outras características” (WIKIPÉDIA, 2013).

O Flickr “é considerado um dos componentes mais exemplares daquilo que ficou conhecido como Web 2.0, devido ao nível de interatividade permitido aos usuários” (WIKIPÉDIA, 2013) uma vez que permite a partilha de objetos digitais (fotografias) (MARGAIX ARNAL, 2007: 99) e novas maneiras de organizar fotos e vídeos, permitindo aos utilizadores criar álbuns.

## **I. 2. Os arquivos municipais em Portugal: o que são?**

Os municípios portugueses têm a sua génese no período medieval e desde cedo os arquivos viram reconhecida a sua legitimação institucional através das Ordenações Afonsinas, depois com as Ordenações Manuelinas e, mais tarde com as Ordenações Filipinas que lhes cunharam a missão e os objetivos (PEIXOTO, 2005: 81). Cita-se José

Mariz quando afirma: “A instituição municipal constitui, de facto – e na realidade sempre constituiu, através das diferenças de regimes políticos – a base da organização administrativa portuguesa, a instância nuclear de enquadramento político e social da população organizada em comunidades. Enquanto repositórios da documentação municipal, estes arquivos são, assim, testemunhos únicos da vida dessas populações ao longo de séculos, para além de o serem da evolução da instituição que os gerou – uma das mais sólidas e constantes da história administrativa portuguesa.” (MARIZ, 1988: 143). De uma forma simplista pode-se considerar como arquivo municipal o “produto natural da actividade municipal” (PEIXOTO, 2000: 51), “repositórios dos actos administrativos praticados e exarados em diplomas” (RIBEIRO, 1998: 280), “memória e a experiência da administração local, assim como agentes indispensáveis de continuidade de acção e preservação dos direitos municipais” (PEIXOTO, 2002: 104). Mas os arquivos municipais não se compõem somente de registos da atividade camarária. Como afirma José Mariz: “Acresce que os Arquivos Municipais são muito mais do que os arquivos das Câmaras Municipais ... eles têm acumulado ao longo do tempo fundos de proveniência diversa: fundos de outras autarquias (Juntas de Freguesia), de corpos administrativos extintos (Administração do Concelho, Provedorias, Juízo dos Órfãos), de Confrarias e Misericórdias, fundos pessoais e familiares, de associações, etc.” (MARIZ, 1988: 143).

Desta forma, os arquivos municipais configuram-se como serviços das câmaras municipais que têm como função: a gestão da documentação/informação produzida e recebida no âmbito das atividades das edilidades, a conservação e preservação de documentação/informação de conservação permanente do organismo por que são tutelados, e a incorporação e salvaguarda de arquivos extintos de proveniência diversa (públicos e privados, de entidades coletivas e singulares, religiosas e associativas, pessoais e familiares), promovendo igualmente a sua comunicação e difusão.

Reconhece-se, igualmente, que “houve sempre uma grande separação entre os arquivos correntes e os definitivos” (ANTÓNIO & SILVA, 2011: s.n.). Hoje defende-se “uma Gestão Integrada dos Arquivos, desde a fase genésica até à custodial” (ANTÓNIO & SILVA, 2011: s.n.; PEIXOTO, 2000: 46), facto ainda longe de se concretizar visto que no 3º Inquérito aos Arquivos Municipais Portugueses, realizado pela Secção de Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e apresentado no 10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais em Leiria e 4 de Novembro de 2011, das 171 respostas conseguidas, entre 308 possíveis

(55,52%), se conclui que a “esmagadora maioria apresenta a função ARQUIVO como Unidade/Serviço/Sector/Secção associada, restritamente, ao Expediente Geral e à Área Administrativa/Gestão Documental, remetendo para a Área Cultural a Documentação/Arquivo Histórico/Património Cultural” (INQUÉRITO, 2011: 25).

Paralelamente, outro aspeto a ter em conta, é o papel que os arquivos municipais têm na salvaguarda dos direitos dos cidadãos, na prossecução de uma administração aberta e de resposta às solicitações dos serviços municipais e de todos os utilizadores (PEIXOTO, 2002: 100), cuja génese, *quicá*, se poderá ir buscar à Revolução Francesa e que a Revolução Digital veio permitir, com a ausência de constrangimentos físicos, geográficos ou temporais, “abrindo os arquivos para lá dos seus muros” (ANTÓNIO & SILVA, 2011: s.n.) e democratizando o acesso à informação, facto que remonta, no caso lisboeta a 1863 (com a disponibilização pública dos seus fundos), Viana do Castelo em 1921, Guimarães em 1931, Porto em 1936, Amarante em 1947 e Vila Flor em 1957, a cujo interregno de longos anos se seguem, nas décadas de 80 e 90 do século XX, muitos outros exemplos de arquivos municipais (PEIXOTO, 2005: 82).

Em Portugal, o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais – PARAM significou uma mudança importante e é consensual na literatura que há um antes e um depois do PARAM. Durante as últimas duas décadas a preocupação fundamental dos arquivos municipais focou-se na “organização dos fundos documentais e na modernização das instalações”, sobretudo graças a este Programa. O PARAM foi lançado em 1998 pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo “como meio para dar execução à Lei-Orgânica fixada no Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março, muito especialmente ao estabelecido na alínea r) do número 1 do Artigo 3º - “Compete ao IAN/TT [...] apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais”.” (INSTITUTO, 2008: 7). Esse apoio configurou-se em 5 níveis de um programa de apoio sobretudo orientados à criação de infraestruturas e que, entre 1998 e 2003, apoiou 112 serviços de arquivos municipais, em Portugal continental e regiões autónomas.

Nos arquivos congéneres das ilhas Canárias, por exemplo, com a entrada no século XXI, regista-se uma maior preocupação com o património documental (GRUPO, 2008: 66) ao mesmo tempo que se apela a uma maior utilização das tecnologias de forma a levar a informação para além dos muros do arquivo, sobretudo com a difusão via Web (GRUPO, 2008: 76). Esta ideia da ubiquidade que a Internet permite é realçada pelos

diversos autores. Ninguém duvida das suas vantagens entre as quais se destacam a visibilidade e a projeção do serviço 24 horas por dia no entanto a realidade indica que muito poucos são os municípios que exploram verdadeiramente estas capacidades e que a maioria do património documental ainda se encontra *offline* nos arquivos municipais (CERDÁ DÍAZ, 2008: 155)<sup>2</sup>. A esta mesma conclusão chegou o Grupo de Trabajo de los Archivos Municipales Canarios no inquérito realizado em 2008 à situação dos arquivos municipais das Canárias, no que diz respeito ao serviço de arquivo e difusão, conclui: o acesso à informação tem de ser maioritariamente na sala de leitura visto que só 32,55% oferecem serviço à distância, quer por correio eletrónico quer via Web (2%) (GRUPO, 2008: 72). Os arquivos estão ao serviço de todos os cidadãos e devem saber adequar a sua oferta às exigências e capacidades dos seus utilizadores (CERDÁ DÍAZ, 2002: 2) que são, cada vez mais, todos aqueles que têm acesso a um computador ligado à internet, sem constrangimentos físicos e de horário (pois está acessível 24 horas por dia), evitando as deslocações e chegando a um público mundial.

A clarificação dos conceitos subjacentes à ideologia 2.0, que assenta na construção colaborativa do conhecimento assente em plataformas tecnológicas da web social, importa igualmente para contextualizar o que significa ser hoje um profissional da informação. Não se pode descartar o papel dos arquivistas nesta evolução e mudança. Estes devem saber utilizar as tecnologias para partilhar a informação das suas coleções, interagir com os utilizadores e melhorar a eficiência interna (THEIMER, 2011: 60). Embora os princípios da Arquivística se mantenham inalterados, a forma de trabalho dos profissionais da área sofreu mudanças e adaptações. Os instrumentos de descrição arquivística passam a ser disponibilizados em linha, associando imagens aos registos descritos, mas a Web deve ser também um canal de participação, convidando os utilizadores a colocar informação e comentários (CERDÁ DÍAZ, 2002: 10). Esta mudança de atuação dos arquivistas também se verifica na transparência e abertura dos serviços. O uso da Web 2.0 pelos arquivos pressupõe a avaliação e análise estatística como procedimentos base na prática profissional (THEIMER, 2011: 60). Estas métricas são essenciais para medir e produzir resultados. A mesma autora afirma que o aumento do número de profissionais com formação superior contribui para a utilização e

---

<sup>2</sup> O Inquérito da DGLAB à situação dos Arquivos da Administração Local, elaborado em 2007, permitiu chegar à conclusão que a percentagem de informação disponível *online* é baixa face ao total de descrições e objetos digitais que os serviços de arquivos municipais possuem. Informação obtida em conversa com o Dr. Pedro Penteado.

desenvolvimento dos Arquivos 2.0 (THEIMER, 2011: 67). Recorrendo novamente ao 3º Inquérito aos Arquivos Municipais Portugueses, relativamente ao número e à situação profissional dos colaboradores afetos ao Arquivo as conclusões são: existem 161<sup>3</sup> técnicos superiores da área de arquivo, 142 assistentes técnicos da área de arquivo, 75 técnicos superiores de outras áreas e 182 assistentes técnicos de outras áreas (INQUÉRITO, 2011: 24).

Os profissionais da informação necessitam de estar conscientes que os hábitos dos utilizadores estão a mudar devido às novas tecnologias e procurar saber adaptar as novas formas de trabalho (PEDROSO, 2008: 46) aos desafios da Sociedade da Informação. Diversos são os autores que falam da “atitude” dos profissionais da informação como elemento fundamental na concretização e desenvolvimento de projetos colaborativos *online*. A Web 2.0 vive da partilha de informações e conhecimentos e a prática da partilha da informação é comum aos profissionais da documentação e informação (EIRAS, 2007: 79). Os diversos autores focam o papel individual dos profissionais da informação na promoção do uso das novas tecnologias nas instituições onde se inserem mas pouco se fala das limitações que estes podem ter ao nível da gestão da organização onde trabalham. Gómez Hernández aponta algumas dificuldades à concretização de certos projetos alicerçados nas novas tecnologias nomeadamente a sua rapidez evolutiva, que quase impossibilita a fase experimental e as dificuldades de formação constante e permanente dos bibliotecários para se manterem atualizados (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008: 52). No entanto, a utilização das ferramentas colaborativas acaba por dar maior visibilidade ao papel do bibliotecário ou do arquivista e um maior destaque às suas funções dentro da biblioteca ou do arquivo. De facto, um dos efeitos imediatos da utilização da Internet como meio de difusão da informação arquivística é a visibilidade que os arquivos ganham e, com isso, o aumento do número de pessoas a que chegam (visitantes, utilizadores efetivos ou potenciais) (NOGUEIRA, 2010: s.n.). Enquanto mediadores entre utilizador e conhecimento humano nos mais diversos formatos (livros, periódicos ou registos online) (PEDROSO, 2008: 46) para os profissionais da informação “os blogues representam não só uma

---

<sup>3</sup> Considera-se uma boa percentagem em 308 municípios, que se confirma no *Questionário à situação arquivística da Administração Local e do Setor Público Empresarial: primeiros resultados* apresentado no Encontro Internacional de Arquivos realizado no Algarve, nos dias 4 e 5 de Outubro de 2013, segundo informação colhidas da referida comunicação.



oportunidade de exercício profissional como também um veículo importante do ponto de vista formativo” (SOUSA et al., 2007: 104).

### **I. 3. Os conceitos de acesso e difusão na terminologia arquivística**

É objetivo central deste trabalho perceber em que medida as plataformas colaborativas da Web 2.0 são efetivamente usadas pelos arquivos municipais no acesso e difusão da informação arquivística.

A Norma Portuguesa 4041 destinada a “fixar termos e conceitos de uso corrente na teoria e prática arquivística” no ponto 4.7 “Funções dos serviços de arquivo: Comunicação” define “Acessibilidade” como “Disponibilidade dos documentos para consulta, em consequência da sua comunicabilidade e do necessário tratamento arquivístico (descrição arquivística, estado de conservação, etc.)” (NP4014, 2005: 19), documentos/informação que são “para consulta em consequência da sua comunicabilidade e existência de instrumentos de descrição documental” (DICIONÁRIO, 1993: 3).

A “Difusão” é definida como a “Função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respectivo acervo documental” (NP4041, 2005: 19) e que a mesma Norma inclui, de certa forma, em “Comunicação”: “Função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informação, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização” (NP4041, 2005: 19).

Para Jean Yves Rousseau e Carol Couture, a difusão, enquanto comunicação da informação, está associada à valorização, à transmissão ou à acessibilidade da informação contida dos documentos de arquivo e que é potenciada junto dos utilizadores, favorecendo uma relação entre o pessoal do serviço de arquivo e os utilizadores internos e externos, sobretudo uma informação que possa ser utilizada e valorizada socialmente (ROUSSEAU & COUTURE, 1999: 51)

Num artigo recente, Marta Nogueira faz um interessante e importante exercício de clarificação teórica do conceito de difusão. A autora afirma que a “*difusão* constitui uma das funções dos Arquivos” mas que “Mais facilmente são enunciados produtos

resultantes da *difusão* do que as ações e os processo que a caracterizam” (NOGUEIRA, 2012a: 89). Associada ao conceito de divulgação, a difusão corresponde ao processo de alargamento do número de pessoas que conhecem os documentos/informação dos arquivos (NOGUEIRA, 2012: 90).

Ramón Alberch Fugueras aponta como “Actividades de difusión general: publicaciones divulgativas, jornadas de puertas abiertas, visitas de grupos, concursos sobre la historia de la ciudad, itinerarios históricos, celebración de efemérides ciudadanas o de instrumentos específicos de difusión (videos y otros medios audiovisuales; productos de venta elaborados en base a materiales de archivo: pins, juegos, cromos, puntos de lectura, reproducciones de fotografías, mapas, planos o grabados antiguos, etc.).” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 8). Os meios de difusão passam pelo contacto direto com o cliente interno ou externo mas também pela utilização do telefone, da Internet, de publicações, de exposições, etc.

## **CAPÍTULO II. Procedimentos metodológicos**

### **II. 1. Definição do objeto**

Os arquivos municipais portugueses são a tipologia de arquivos selecionada como objeto do estudo que se pretende realizar.

A ideia inicial de identificar como é que a Internet e as ferramentas colaborativas da Web 2.0 (Facebook, Flickr, Twitter, blogues) são utilizadas pelos arquivos para o acesso e difusão da informação arquivística pressupunha que o objeto de análise fosse de âmbito nacional e, ao invés de se selecionarem exemplos concretos e já referenciados, optou-se por fazer uma análise global a esta tipologia de arquivos de forma a conseguir-se uma visão generalizada do todo, particularizando, depois os casos de maior ou menor sucesso.

A seleção dos arquivos municipais obedece a dois motivos. Primeiro porque pertencem a entidades públicas, as câmaras municipais, que têm serviços de arquivo que abrangem desde o arquivo administrativo até ao arquivo definitivo, assim como são detentores de arquivos públicos e privados, de pessoas coletivas e de particulares, em

regime de depósito, doação, dação, etc. Segundo a complexidade e a estrutura orgânica das câmara municipais onde os serviços de arquivo de inserem são díspares e isso revela-se também de interesse para se perceber sob que alçada se encontram os serviços de arquivo das diferentes edilidades e se isso tem ou não influência na forma como a informação arquivística está acessível, comunicável e é difundida. Ao mesmo tempo, os serviços de arquivo municipais não são tutelados por um órgão nacional que imponha regras e uma estrutura comum, como é caso da maior parte dos arquivos distritais<sup>4</sup>.

A recolha dos dados será objeto de análise quantitativa e análise qualitativa. No primeiro caso será feita uma grelha de análise, no segundo caso será feita uma comparação através da identificação de boas práticas.

## **II. 2. Construção do modelo de análise**

O primeiro objetivo metodológico a concretizar foi o da identificação de arquivos municipais, sua missão e objetivos, sustentada na definição de que um serviço de arquivo municipal “é responsável pela preservação da memória dos atos da Administração, para efeitos de informação ou prova e como garantia de direitos do Município e dos Cidadãos (jurídicos, patrimoniais, culturais, etc.),” atos esses produzidos “de acordo com a natureza orgânica e funcional dos serviços camarários”, tal como explicitado no *site* do Arquivo Municipal do Porto (<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/arquivos/arquivomunicipal/Paginas/arquivomunicipal.aspx>).

Na metodologia adotada, optou-se por não se considerar a informação arquivística que está disponível através do “Portal do Cidadão”, “Apoio ao Município” ou “Município *online*” visto que o objeto de análise se centra na documentação/informação de conservação permanente de serviços de arquivo municipais. De facto, aqui encontram-se, em formato PDF, objetos digitais ou em formulário: atas, editais, regulamentos, requerimentos, etc., promovendo o acesso a documentos/informação de carácter administrativo e com valor evidencial, na procura de uma proximidade com o cidadão e na linha desmaterialização, desburocratização e transparência desejadas pelo *e-government*. Contudo, estes documentos surgem, nalguns casos, descontextualizados do

---

<sup>4</sup> O Arquivo da Universidade de Coimbra está sob a alçada da Universidade de Coimbra; também o Arquivo Distrital de Braga depende da Universidade.

serviço de arquivo, não sendo possível averiguar, no curto espaço de tempo disponível para a concretização do trabalho em curso, se essa informação é comunicada pelos serviços de arquivo municipais. Ora, o objetivo principal deste trabalho é precisamente perceber como é que os serviços de arquivo municipais difundem a informação e facilitam o seu acesso aos cidadãos/utilizadores. Assim sendo, só foi tida em conta a informação arquivística acessível e disponibilizada nas páginas dos serviços de arquivo municipais, quer aqueles que contemplam uma visão integrada do sistema de arquivo quer aqueles que cabem apenas na designação de “arquivo histórico” pois é a comunicação e a difusão da documentação/informação de conservação permanente aquela que interessa no âmbito deste trabalho. Esta exclusão resulta, paralelamente, de um segundo fator: a análise que se pretende fazer tem um segundo substrato e que procura identificar práticas de difusão da informação através da web social. Também aqui são os serviços de arquivo os responsáveis por essa difusão.

A pesquisa preliminar na Internet foi realizada entre Março e Maio de 2013 através do motor de busca do Google utilizando como termos de pesquisa “arquivo municipal” e “arquivo histórico municipal”, ação que teve como principal objetivo identificar serviços de arquivo municipais com páginas próprias na Internet.

Nos casos em que se constatou a inexistência de um sítio próprio do arquivo municipal foi vista a página oficial do município<sup>5</sup>. O critério geográfico foi o utilizado na pesquisa dos 308 municípios portugueses, ou seja, a pesquisa foi feita por ordem alfabética dos distritos, começando em Aveiro e terminando em Viseu, seriando alfabeticamente dentro de cada distrito os municípios respetivos. Em certas situações foi necessário proceder a uma pesquisa interna no portal camarário usando os termos “arquivo”, “arquivo municipal” e/ou “arquivo histórico municipal” pois não foi imediata a localização da informação relativa ao arquivo no portal do município, uma vez que este serviço não surgia imediatamente destacado na página de entrada do sítio.

Durante este processo de pesquisa verificou-se que parte da documentação/informação do antigo serviço de arquivo municipal se encontra salvaguardada nos Arquivos Distritais. Sem procurar analisar as razões que levaram a esta situação, estes não foram considerados como objeto de análise. Desta forma, ficaram excluídos arquivos municipais dos distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda e

---

<sup>5</sup> A pesquisa fez-se através da expressão e “câmara municipal de...”.

Setúbal. Também os municípios das regiões autónomas da Madeira e dos Açores não foram alvo de análise por se verificar que os seus arquivos estão maioritariamente localizados nos arquivos regionais respetivos. Esta opção prende-se com o facto do objetivo deste trabalho se central na forma como os arquivos municipais usam a Internet e a Web 2.0 no acesso e difusão da informação arquivística e, nos casos atrás elencados, esse papel é feito pelos Arquivos Distritais.

A segunda premissa a ter em conta no modelo de análise é a ideologia subjacente ao conceito de web 2.0, ou seja, os princípios de colaboração, participação coletiva e interação com os utilizadores aplicada à difusão da informação arquivística, assim como a utilização de plataformas tecnológicas da web social, na procura de uma construção coletiva do conhecimento. Assim, um segundo momento, entre Agosto e Setembro de 2013, foi dedicado à pesquisa dos mesmos termos nas plataformas Facebook, Twitter e Flickr, sendo também realizada uma pesquisa sobre a existência de blogues de arquivos municipais. Esta opção foi também utilizada por Adam Crymble no seu estudo que pesquisou as palavras “archives”, “archive” e “archivist” para identificar a comunidade arquivística presente no Facebook e no Twitter (CRYMBLE, 2010: 135).

Por fim, o modelo fica completo com a aplicação do conceito de arquivo 2.0 aos arquivos municipais analisados, numa perspetiva de acesso e difusão da informação.

Para a concretização do modelo atrás proposto elaborou-se uma grelha de análise quantitativa, construída em folha Excel dividida pelos 16 distritos portugueses<sup>6</sup>, organizados em sequência alfabética, e dentro de cada distrito elencaram-se alfabeticamente os municípios correspondentes. Numa primeira fase foi só colocado 0 (não existência) ou 1 (existência) de forma a quantificar quantos arquivos municipais respondem ou não às 14 perguntas de partida abaixo elencadas:

1. Tem sítio de internet próprio ou está alojado no portal da Câmara?
2. Desde quanto tem página na Internet?
3. Tem blogue / Facebook / Twitter / Flickr?
4. Disponibiliza guias, inventários, catálogos, índices *online*?
5. Disponibiliza descrição multinível *online*?
6. Disponibiliza objetos digitais *online*?
7. Permite colaboração / interação com os utilizadores *online* e como?

---

<sup>6</sup> Como atrás ficou expresso, excluíram-se as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

8. Desenvolve exposições virtuais?
9. Quais as estratégias de marketing/divulgação *online*?
10. Facilita *links* para outros sítios da Internet?
11. Com que periodicidade é “carregada” a informação?
12. Quem gere a informação veiculada?
13. Se há registo do número de acessos e visitas *online*?
14. Se são feitos estudos de perfil de utilizador *online*?

Clarificando as perguntas atrás estipuladas:

a) a questão número 1 pretende identificar a presença de arquivos municipais na WWW e, embora, se refiram só duas hipóteses (presença através de página própria ou incluída no portal da câmara municipal) vão ser consideradas outras possibilidades, nomeadamente o registo no Portal Português de Arquivos;

b) entende-se a disponibilização de guias, inventários, catálogos e/ou índices como um documento analógico que foi digitalizado ou um formato que não permite interação ou pesquisa livre pelo utilizador (ex: doc WORD, PDF, etc.), ou seja, algo “físico” que é transposto para o universo digital;

c) considera-se em “descrição multinível” uma plataforma de pesquisa inteiramente digital, onde são disponibilizados metadados que permitem pesquisas refinadas pelo utilizador (ex. Archeevo, ICA-AtoM, GISA, etc.);

d) a iniciativa “Documento do Mês” será incluída nas exposições virtuais.

A resposta a estas perguntas fica registada nas Tabelas em Anexo. Cada tabela tem indicação do número da pergunta, sendo que na pergunta 1. Se subdividiu em 1<sup>a</sup> (tem página própria na Internet) e 1b (está alojado no *site* da câmara municipal), e a pergunta tem indicação de B (blogue), FB (Facebook), T (Twitter) e F (Flickr).

### **II. 3. Os bons exemplos devem ser seguidos: identificação de boas práticas**

A análise qualitativa passa pela identificação de um modelo de referência de boas práticas de acesso e difusão da informação arquivística através da Internet e da

utilização de ferramentas tecnológicas da Web 2.0, e que irá servir como exemplo de comparação com aquilo que está a ser feito nos arquivos municipais portugueses.

Para este ponto foi selecionado o arquivo municipal de Barcelona (<http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuMunicipal/>). Esta opção prende-se com dois motivos: primeiro porque a realidade espanhola é muito semelhante à portuguesa no que diz respeito aos municípios, segundo porque se considera que a presença na WWW e a forma como o arquivo de Barcelona difunde a sua informação corresponde a um modelo a seguir.

O arquivo municipal de Barcelona está presente na Internet desde Maio de 1997 e essa decisão teve como objetivo “reunir en un único discurso una realidade tan diversa y hacerlo de forma que diversos tipos de público lo pudieran entender sin recurrir a una excesiva simplificación de los contenidos” (AGELET ORDOBÀS, 1998: 113). A realidade do sistema municipal de arquivos do município de Barcelona é complexa pois inclui, para além do Arquivo Municipal de Barcelona, o Arquivo Histórico da Cidade de Barcelona, o Arquivo Municipal Administrativo e a rede de Arquivos Municipais do Distrito e a intenção de entrada na Web não resulta de uma mera manobra publicitária ou de imagem mas antes fazer uma utilização da Internet como “...una fuente de información, concebida como una oferta útil, que reflejara la riqueza de contenidos que los archivos municipales poseen ...” (AGELET ORDOBÀS, 1998: 113).

Aplicando o conjunto de perguntas acima elencadas e utilizadas na análise quantitativa à realidade arquivística municipal catalã, perguntas essas que irão ser formuladas à análise das estratégias de difusão e acesso à informação arquivística dos arquivos municipais portugueses, facilmente se chega à conclusão que as respostas são positivas. O arquivo do município de Barcelona tem uma página própria onde disponibiliza: informação sobre o arquivo municipal, o arquivo histórico e o arquivo fotográfico; os instrumentos de pesquisa e uma plataforma de pesquisa *online* com objetos digitais associados; normas e legislação aplicável; exposições virtuais (TABELA 36) Possui uma “Liga de Amigos do Arquivo”.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que se está perante um arquivo 2.0 uma vez que, para além da existência de um perfil no Facebook, o arquivo de Barcelona promove a interação com os seus munícipes, utilizadores e cidadãos em geral do pedido de colaboração na reunião e identificação de documentos/informação sobre a cidade de

Barcelona e a região da Catalunha. Todos os conteúdos do *site* são passíveis de partilha na web social (Blogue, Facebook, Twitter) e por *e-mail*. O arquivo de Barcelona permite igualmente ter uma ideia de como se comportam os seus utilizadores pois está disponível no *site* o relatório com as estatísticas referentes ao arquivo.

#### **II. 4. Têm a palavra os arquivistas municipais: contributos teóricos e estudos de caso**

Paralelamente à identificação da presença na Internet dos arquivos municipais portugueses procurou-se bibliografia específica sobre arquivos municipais na tentativa de perceber a atuação dos profissionais de arquivo no campo da difusão e acesso à informação através da WWW. Na impossibilidade de falar com os arquivistas e de recolher a sua opinião sobre a matéria em estudo, esta forma de “ouvir a sua voz” através da produção científica poderá ajudar a responder a algumas questões sobre a forma como a Internet e as ferramentas colaborativas da Web 2.0 são ou não utilizadas pelos e nos arquivos municipais e muito úteis são, sem dúvida, as Actas do Encontros de Arquivos Municipais promovidas pelo Grupo de Arquivistas Municipais da BAD. Nestes Encontros, para além de artigos dos profissionais, são produzidos instrumentos como inquéritos e relatórios que ajudam a enquadrar os dados obtidos nas análises através propostas com a realidade dos arquivos municipais portugueses. A todo o momento, a produção científica dos grupos municipais espanhóis e departamentais e comunais franceses são chamados à colação, numa perspetiva de análise comparativa.

Complementarmente, o relatório do Programa de Apoio aos Arquivos Municipais – PARAM realizado pela ex-DGARQ em 2008 será também fruto de análise e de confrontação com os resultados obtidos e com as ideias, opiniões, críticas e sugestões dos arquivistas municipais.

Esta leitura permitirá enquadrar melhor a análise qualitativa que será realizada.



### **CAPÍTULO III. Arquivos municipais na WWW: realidade virtual?**

A recolha dos dados vai permitir concretizar uma visão quantitativa e qualitativa da realidade portuguesa na Web 2.0 no que aos arquivos municipais diz respeito. Começa-se pela análise quantitativa para se perceber globalmente e de forma imediata com que universo se está a lidar. O reflexo dessa realidade será depois transposto para a análise qualitativa pois muito não significa melhor nem pouco significa desajustado.

Assim, este capítulo compõe-se de três pontos de análise: quantitativa, qualitativa e, em conclusão, a discussão dos resultados.

#### **III. 1. De *link* em *link* quantificando os dados**

Para a concretização da análise quantitativa, como ficou explicitado na Metodologia seguida, foram elaboradas fichas de recolha de dados, transpostos depois, para tabelas com indicação dos números absolutos e percentagens equivalentes (VER ANEXOS). Após a determinação dos números absolutos, foi feita uma análise global dos resultados auferidos nos 308 municípios e, depois, uma análise distrito a distrito, caso a caso. Aos números absolutos foi determinada a percentagem equivalente para melhor poder comparar os resultados em cada distrito, visto que o número de municípios não é igual para todos.

Dos 308 municípios portugueses 116 (37,66%) utilizam a Internet para disponibilizar informação arquivística, significando que mais de metade dos arquivos municipais portugueses (62,34%) não tem acesso ou difusão de informação na WWW (TABELA 1)<sup>7</sup>. Estes valores estão muito próximos daqueles já apontados por Pedro Penteado e Cecília Henriques em 2008 em que assinalam 32% de arquivos municipais com presença na Internet (PENTEADO & HENRIQUES, 2008: 17), o que significa que em 5 anos pouco se alterou. Os autores limitam-se à análise do sub-universo de arquivos municipais que beneficiou de apoio do PARAM, contudo, considera-se que a tendência é a mesma visto que dos 116 que serão alvo de análise 112 foram alvo do PARAM. (TABELA 35).

---

<sup>7</sup> Só as câmaras municipais de Albufeira, Constância e Ponte de Lima estão registadas enquanto entidades no Portal Português de Arquivos (<http://arquivos.pt/>).

Assim sendo, o universo da análise centrar-se-á nestes 116 casos localizados na Internet. Entre estes, 88 arquivos surgem com a designação de “Arquivo Municipal”, 24 como “Arquivo Histórico Municipal” e 1 é referenciado só como “Arquivo Fotográfico”<sup>8</sup>. Dentro dos arquivos municipais analisados são 8 aqueles que oferecem a divisão entre arquivo histórico, intermédio e corrente e são 5 os arquivos fotográficos que estão sob a alçada dos respetivos arquivos.

De facto, aquando da busca dos arquivos municipais localizados nas páginas das edilidades verificou-se que 14 (12,07%) arquivos estão identificáveis logo na página inicial, não se submetendo a nenhuma estrutura orgânica ou, pelo menos, não a identificando no imediato. A presença dos restantes arquivos no portal camarário exige uma pesquisa.

Analisando distrito a distrito, aquele com melhor representação na WWW é o de Viana de Castelo com 9 dos 10 (90%) municípios<sup>9</sup> a disponibilizar a informação através da Internet, seguido de Setúbal com 9 em 13 municípios (69,23%), Aveiro com 12 em 19 municípios (63,16%) e de Faro, com 10 em 16 municípios (62,50%)<sup>10</sup>. Acima dos 50% estão os distritos de Évora (57,14%), Lisboa (56,25%) e Porto (55,56%) enquanto os de Braga (42,86%) e Bragança (41,67%) ficam-se pelos 40%. Leiria (37,50%), Castelo Branco (36,36%), Beja (35,71%), Coimbra (35,29%) e Portalegre (33,33%) situam-se entre os 30% e os 40%; Viseu (25%), Santarém (23,80%) e Guarda (21,43%), estão entre os 20% e os 30%; e o distrito de Vila Real é aquele que apresenta pior representatividade com 14,29% o que significa que apenas 2 (Vila Real e Chaves) de 14 municípios têm alguma informação na Internet (TABELA 17 a 34).

São 112 (96,55%), os serviços de arquivo municipais que se encontram alojados na página do município e apenas 10 arquivos municipais (8,62%) têm um sítio próprio na Internet. Nesta análise o distrito de Lisboa surge em destaque com 3 arquivos municipais (Cascais, Lisboa e Torres Vedras) com sítios próprios. Os distritos de Aveiro, Braga, Faro, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real têm, cada um, um arquivo municipal com página própria e, nos restantes distritos, não há qualquer arquivo

---

<sup>8</sup> Refere-se ao município de Tomar que surge apenas com esta referência na Internet; o arquivo fotográfico é tutelado pela divisão de Museologia a para com o Politécnico, sendo que o serviço de arquivo municipal propriamente não existe.

<sup>9</sup> Só o município de Arcos de Valdevez não disponibiliza qualquer informação *online*.

<sup>10</sup> Os arquivos municipais de Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António integram a Rede de Arquivos do Algarve (<http://raalg.wikidot.com/arquivos-algarvios>) o que ajuda a explicar as estatísticas positivas alcançadas.

com autonomia na gestão da informação arquivística relativamente à estrutura orgânica em que se insere (TABELA 2).

Ao verificar a presença dos arquivos nas páginas das edilidades a que pertencem os números refletem a tendência atrás indicada: nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real os serviços de arquivo municipais têm uma representação de 100% nos portais das câmaras municipais. Só Viseu (83,34%) não chega à totalidade porque o arquivo municipal de Mangualde está presente na Internet através de uma página no Facebook, e isso não surge referido no portal do município (TABELA 3).

O acesso à informação arquivística dos 116 arquivos municipais que estão na Internet são feitos essencialmente através IDD: 59,48% dos arquivos disponibilizam algum tipo de IDD *online* em formato PDF (TABELA 8) e são 16<sup>11</sup> (13,79%) os arquivos municipais que oferecem possibilidade de pesquisa em plataformas *online* com descrição multinível segundo as normas ISAD(G) (5 municípios do distrito de Lisboa (31,25%), 2 nos distritos de: Viana do Castelo (20%), Braga (14,29%), Faro (12,50%) e Porto (11,11%), e 1 nos distritos de Évora (7,14%), Aveiro (5,26%) e Santarém (4,76%), sendo que os municípios dos restantes distritos não usam qualquer tipo de plataforma de pesquisa) (TABELA 9).

Dos 116 arquivos municipais com presença na Internet apenas 11 (9,48%) disponibilizam objetos digitais *online*: 3 municípios do distrito de Lisboa (42,86%) e do Porto (30%), 2 nos distritos de: Santarém (40%), Braga (33,34%), Setúbal (22,22%) e Faro (20%). Vila Real (50%), Guarda (33,34%), Castelo Branco (25%), Coimbra (16,67%), Évora (12,50%), Viana do Castelo (11,11%) e Aveiro (8,24%) têm cada um arquivo municipal que disponibiliza objetos digitais (TABELA 9).

Algumas das ferramentas colaborativas disponibilizadas pela Web 2.0 estudadas no presente trabalho (Facebook, blogue, Twitter e Flickr) não colhem preferência como mecanismos de difusão e partilha de informação. Apenas 4 arquivos municipais têm blogue e 11 têm conta no Facebook; localizou-se um arquivo municipal com conta no

---

<sup>11</sup> Na análise qualitativa ver-se-á que este número ascende a 24 uma vez que nem todos os arquivos municipais a disponibilizam ou indicam no seu sítio na Internet a existência de uma plataforma de pesquisa *online*, havendo casos de informação disponibilizada em duas plataformas distintas.

Flickr<sup>12</sup> e outro com conta no Twitter<sup>13</sup> (TABELAS 4 a 7). Se se comparar com os resultados de um estudo de 2010 para as 308 bibliotecas públicas portuguesas, a autora diz que “só 57 é que, em janeiro de 2010, utilizavam alguma das tecnologias 2.0, 15 bibliotecas tinham criado um perfil ou página no Facebook, o que constitui cerca de 26% de bibliotecas presentes na rede social. Em outubro de 2010, 48 bibliotecas aderiram e sucessivamente vimos surgir mais perfis e páginas.” (ALVIM, 2011: 23). É fácil verificar a discrepância de números entre as duas realidades. Como se viu na Revisão da Literatura, na comunidade biblioteconómica existem muito mais estudos sobre a Web 2.0 e a sua relação com as bibliotecas, e o debate em torno das tecnologias participativas ao serviço das bibliotecas gerou-se há mais tempo. Para Samouelian “This dichotomy in the professional literature raises further questions about the archival community’s commitment to this latest generation of Web applications” (SAMOUELIAN, 2009: 44), o que pode ajudar, em parte, a explicar esta diferença de números na adesão às plataformas colaborativas citadas.

Outra forma de difusão da informação é feita através das “Exposições virtuais”. Também aqui é diminuto o número de arquivos que adota esta forma de partilhar conteúdos *online*: 17 em 116 (14,66%)<sup>14</sup> (TABELA 12). Ao mesmo tempo, contabilizaram-se os arquivos que publicitam exposições documentais: 13 no total (11,20%).

Ao nível da colaboração e interação com os utilizadores *online* contabilizaram-se 9 projetos distribuídos por municípios dos distritos de Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal (TABELA 11). O Marketing *online* é praticamente inexistente: 2,59%, o que, em números absolutos significa que apenas 2 arquivos municipais têm, no caso concreto, loja na página da Internet com produtos e *merchandising* próprio do arquivo (Póvoa do Varzim e Gaia) (TABELA 13). 20 arquivos permitem, através das suas páginas a ligação com outros sítios na Internet (TABELA 14); apenas 6 mostram a contabilização o número de acessos ou visitas (TABELA 15).

---

<sup>12</sup> O Arquivo Histórico Municipal de Cascais (desde Junho de 2013).

<sup>13</sup> O Arquivo Municipal de Gaia (desde Junho de 2009).

<sup>14</sup> Neste ponto de análise optou-se por incluir nas estimativas a iniciativa “Documento do Mês”, promovida por 10 arquivos municipais

Na concretização desta análise ficaram por responder, na maioria dos casos, a três perguntas que compunham a grelha de análise<sup>15</sup>.

### **III. 2. Da qualidade do acesso e da difusão *online*: análise e interpretação dos dados**

Aos dados apurados quantitativamente, que permitem agora analisar com detalhe a qualidade do acesso e difusão da informação arquivística pelos arquivos municipais, pretende-se fazer, sempre que possível, uma análise comparativa com a realidade do município de Barcelona e com outras realidades estrangeiras, naquilo que for pertinente.

Como já explicitado na Metodologia, o arquivo municipal de Barcelona foi escolhido como exemplo de boas práticas de difusão da informação assim como das ferramentas que permitem o seu acesso. Pretende-se analisar os pontos fortes e fracos dos arquivos municipais portugueses quando comparados ao municipal de Barcelona, aquilo em que se aproximam e afastam da realidade catalã.

A primeira observação a ressaltar prende-se com a qualidade do acesso, ou seja, com a localização, à partida, do “sítio” onde se encontra o serviço de arquivo municipal na Internet, seja em página própria ou alojado no portal camarário. O arquivo municipal de Barcelona tem um sítio próprio na Internet desde Maio de 1997 (AGELET ORDOBÀS, 1998: 113), para além de um *link* no portal da câmara. A realidade portuguesa é bem diversa pois, como atrás se viu, apenas 10 arquivos municipais portugueses têm uma página sua e 112 encontram o seu espaço na Web através do portal do município a que pertencem e a maior dificuldade começa logo por encontrar o sítio do arquivo municipal dentro da página oficial do município. Destes, 47 (41,96%) encontram-se à distância de 2 cliques, 28 (25%) de 3 cliques, 7 (6,25%) de 4 cliques, 4 (3,57%) de 5 cliques e 1 arquivo (0,89%) só se encontra após 6 cliques!, o que significa que em 87,5% dos casos a procura da informação arquivística não é feita num primeiro acesso. O arquivo que leva mais tempo a localizar é o da Lousã, sendo necessários 6 cliques<sup>16</sup>, para chegar ao fim e não ter qualquer informação relevante a dar ao

---

<sup>15</sup> Não se localizou *online* informação suficiente que permitisse responder às perguntas 2, 11 e 12. Contudo, isto não significa que os serviços de arquivo não façam estudos de utilizadores, registos de presenças ou se consultas à distância.

<sup>16</sup> Percurso de navegação percorrido: Áreas de atividade - Cultura - Equipamentos Culturais - Bibliotecas - Biblioteca Municipal Comendador Montenegro - Arquivo Histórico Municipal.

município/utilizador. As câmaras municipais não seguem um enquadramento orgânico uniforme, logo, também os arquivos, dependendo da estrutura orgânica em que se inserem, estando sob a alçada de diferentes pelouros.

Para além desta primeira dificuldade, acontece na maioria das vezes uma falta de visão sistémica, ou seja, aquilo que aparece diz respeito só ou ao arquivo histórico, ou ao arquivo fotográfico, por exemplo, havendo uma “Falta de articulação entre o arquivo intermédio e o arquivo histórico da Câmara, por vezes dependentes de unidades orgânicas diferentes” (PENTEADO & HENRIQUES, 2008: 31). Na análise agora feita comprova-se a afirmação atrás citada. No caso catalão, o município de Barcelona oferece uma realidade tripartida (arquivo municipal, arquivo histórico e arquivo fotográfico) mas em qualquer momento, em qualquer uma das páginas em que se esteja, há uma explicação sobre o que se está a ver e a possibilidade de passar de um serviço de arquivo para outro. Em Portugal só os arquivos municipais de Beja, Cascais, Évora, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Lisboa, Loulé, Odemira, Ovar, Penafiel, Porto, Sintra e Vale de Cambra apresentam essa divisão, entre arquivo corrente/administrativo e arquivo histórico e/ou arquivo fotográfico, explicitando as competências de cada serviço e, nalguns casos, apresentando mesmo a informação/documentação existente em cada um deles. Os mais próximos do arquivo de Barcelona são os de Lisboa<sup>17</sup> e Porto<sup>18</sup>.

Nas páginas dedicadas ao arquivo é quase unânime a existência de uma breve apresentação do serviço de arquivo, a sua missão e competências, os serviços disponibilizados assim como a sua localização física e contactos. No arquivo municipal de Tarouca aparece a informação de “brevemente” e a página dedicada ao arquivo municipal de Tondela no portal da câmara municipal está vazio de conteúdos.

O arquivo de Vila Real, por exemplo, oferece o acesso ao guia de fundos, a inventários, catálogos e índices mas não tem plataforma de pesquisa *online* com objetos digitais associados. De facto, para ter uma informação completa, e só ao que aos fundos privados diz respeito, tem-se que recorrer a três instrumentos de pesquisa em separado: um documento com os objetos digitais, outro documento com o catálogo e outro

---

<sup>17</sup> O Arquivo municipal de Lisboa está dividido da seguinte forma: Núcleo Intermédio, Núcleo Histórico, Núcleo do Arco do Cego e Núcleo Fotográfico (disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/equipamentos-culturais/arquivo-municipal> e <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>)

<sup>18</sup> O Arquivo municipal do Porto apresenta na página da câmara municipal a informação sobre o arquivo geral (disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/arquivos/arquivomunicipal/Paginas/arquivomunicipal.aspx>, o Arquivo Histórico Municipal Casa do Infante (disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/museus/casadoinfantemuseu/Paginas/casadoinfantemuseu.aspx>) e informação sobre outros arquivos.

documento com um índice alfabético, todos em formato PDF. A plataforma InfoGestNet – Portal Internacional de Pesquisa Interarquivos permite uma pesquisa dos fundos do arquivo municipal de Vila Real e aqui sim há associação entre objeto digital e descrição arquivística; no entanto, não há um *link* para esta plataforma. Fazendo a pesquisa por termo “certidão de baptismo” no sítio do arquivo de Vila Real não surge qualquer resultado mas, fazendo a mesma pesquisa no InfoGestNet, surge a imagem digital do documento com a descrição associada.

Relativamente ao acesso à informação arquivística através de IDD, nos 116 arquivos municipais que têm presença na Internet, esta faz-se sobretudo através da disponibilização de guias de fundos (47), inventários (22) e catálogos (4) em formato PDF, ou seja, o utilizador tem, na maior parte dos casos, apenas uma visão geral da documentação/informação produzida e salvaguardada no arquivo municipal. Os guias de fundos dão conta dos arquivos públicos, privados, religiosos e coleções que se encontram na sua posse. Nalguns casos é possível igualmente fazer o *download* desses instrumentos de descrição, noutros eles aparecem apenas como texto de apresentação do arquivo. O arquivo municipal de Nelas apresenta um guia de fundos da documentação/informação de conservação permanente em PDF atualizado até 2007, assim como inventários, no mesmo formato, com a descrição arquivística segundo as normas ISAD(G).

Contudo, a formulação descritiva destes IDD nem sempre é clara pois nem sempre vêm acompanhados de um texto introdutório que clarifique o leitor sobre o que está a ver. Por exemplo, o arquivo de Oliveira de Azeméis indica que se trata do inventário da documentação de conservação definitiva tratada arquivisticamente, apresentando a descrição multinível ao nível da Série e Subsérie. Este título alerta o utilizador para dois factos: o primeiro que está só perante informação do arquivo de conservação permanente, dito histórico, e apenas da documentação tratada. A informação fornecida alerta, ou pelo menos deixa a dúvida, de que possam existir fundos não tratados arquivisticamente e de que existe todo um conjunto de informação arquivística dos arquivos corrente e intermédio que não está acessível através deste IDD. Também no arquivo de Portimão se faz a advertência de que o guia de fundos é provisório, e o arquivo da Trofa diz estar em elaboração o seu instrumento de pesquisa, embora apresente a descrição das coleções oferecidas ao Centro Digital de Informação Local. Outra situação acontece, por exemplo, com o arquivo municipal da Lourinhã que elenca alguns documentos não se percebendo se correspondem a fundos, séries ou

coleções. Ou então o arquivo municipal da Póvoa de Varzim que apresenta o Guia de fundos, fazendo a sua descrição, divididos entre públicos e privados; contudo, ao clicar nos Inventários e nos Catálogos encontra-se tão-somente a sua definição (de “inventário” e de “catálogo”) e não o instrumento de descrição ou os documentos descritos. Curiosamente, ao clicar no botão “Sala de Leitura”, presente na mesma página, encontra-se o inventário dos Registos Paroquiais.

Este facto acontece igualmente noutras situações em que a informação arquivística não é disponibilizada no mesmo local de acesso: veja-se o exemplo de Olhão. Na página do arquivo municipal existe um botão para “Acervo Documental” e aqui encontra-se o elenco dos fundos pertencentes ao município; contudo, se se entrar nas “Actividades Realizadas”, nas “Publicações” encontra-se um PDF com o “Guia do Arquivo Histórico Municipal de Olhão”. O utilizador tem que fazer vários acessos para encontrar esta informação.

Em qualquer das páginas do arquivo de Barcelona é possível fazer uma pesquisa através de uma plataforma de descrição multinível. No caso dos arquivos que apresentam descrição multinível através de plataformas de pesquisa como o Archeevo<sup>19</sup>, o InfoGestNet<sup>20</sup>, o X-arq<sup>21</sup> ou o GISA<sup>22</sup>, aí o utilizador já pode fazer pesquisas mais refinadas e encontra os objetos digitais associados à informação que procura. Estas plataformas de pesquisa apresentam a descrição arquivística segundo as normas ISAD(G). Salvo nestes casos, em que os objetos digitais aparecem associados à informação arquivística visto estarem integrados numa plataforma de pesquisa, na maior parte dos casos, aquilo a que o utilizador tem acesso são a imagens isoladas, dos forais ou documentos considerados importantes, disponibilizadas como “Documento do Mês”... O caso do arquivo municipal de Coimbra é ilustrativo disto mesmo visto que é só no “Projeto Documenta” que estão disponibilizados objetos digitais de documentos selecionados. Este projeto “visa ultrapassar as barreiras físicas do Arquivo, divulgando os seus exemplares a um público mais vasto, que não pode deslocar-se para consulta dos

---

<sup>19</sup> O Archeevo é utilizado pelos arquivos municipais Vila Nova de Famalicão, Albufeira, Mafra, Oeiras, Constância e Ponte de Lima.

<sup>20</sup> No InfoGestNet é possível pesquisar a informação/documentação dos seguintes arquivos municipais: Beja, Lagoa, Alcácer do Sal, Mafra, Marinha Grande, Arcos de Valdevez, Bragança, Loulé, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Ribeira de Pena, Tavira e Vila Real. O arquivo municipal de Tavira ou de Paredes de Coura tem o acesso a esta plataforma no *site* da câmara municipal mas o arquivo municipal de Mafra usa o Archeevo e os arquivos municipais de Beja, Bragança e de Vila Real não têm qualquer indicação que existe este portal com a descrição arquivística dos seus fundos!

<sup>21</sup> O x-arq (*extended-archive*) é usado pelos arquivos municipais de Montemor-o-Novo, Cascais e Lisboa.

<sup>22</sup> O GISA – Gestão Integrada de Sistema de Arquivo é utilizado pelos arquivos municipais de Braga, Porto e Vila Nova de Gaia.



originais presencialmente, nem pode conhecê-los através de exposições temporárias, sempre efémeras no tempo, exigindo condições de segurança e conservação adequadas para apresentar os documentos, que o AHMC não possui nas instalações provisórias que ocupa. Assim, resta-lhe aproveitar as possibilidades que as TIC's, novas Tecnologias da Informação e Conhecimento, oferecem para virtualmente divulgar o Arquivo”, lê-se na página.

Se ao nível do acesso se apresentam algumas dificuldades, verifica-se que são muito poucos os arquivos que oferecem uma efetiva difusão de informação arquivística *online*. É um facto que já muitos arquivos têm serviço cultural, serviço educativo, realizam exposições documentais, abrem as portas dos seus serviços a visitas mas isto são tudo ações direcionadas para um público que se desloca fisicamente ao serviço de arquivo, que não encontram paralelo no universo virtual. A maior parte das vezes, aquilo que se encontra na Internet é a publicidade para a comunidade *online*, disponibilizando numa galeria de imagens o evento que já passou.

Em certos arquivos é fornecida a ligação a outros sítios na Internet de interesse arquivístico, nem sempre atualizado como acontece com 3 arquivos municipais<sup>23</sup> do distrito de Viseu que têm *links* para blogues cuja última atualização data de 2010.

Mas o principal objetivo deste trabalho, para além da análise à presença por si só na Internet dos arquivos municipais, é perceber até que ponto as plataformas colaborativas da Web 2.0 são utilizadas no acesso e na difusão da informação.

Dos conceitos apreendidos na revisão da literatura ressalta a ideia de que a Web 2.0 se caracteriza por princípios colaborativos e de partilha mas será que arquivos municipais se consideram imbrincados na ideologia 2.0? Crymble adianta que “Users increasingly decreed that it was no longer enough to offer a static web page; they now expected to be able to participate in an online experience” (CRYMBLE, 2010: 128) e a web social é parte deste novo universo de colaboração e proximidade com os utilizadores mas as experiências identificadas entre os arquivos municipais portugueses são diminutas, como se verificou na Análise Quantitativa.

Os blogues têm uma expressão menor entre os arquivos municipais portugueses, como se viu na Análise Quantitativa, embora a sua utilização esteja “entre as principais atividades dos internautas portugueses em 2010” (LEITÃO, 2011: 117). Os blogues parecem ter uma maior implantação no universo das bibliotecas e disso são testemunho

---

<sup>23</sup> São eles: Castro de Aire, Nelas e Viseu. Estes arquivos têm ligação a blogues que não estão ativos.

os vários trabalhos já citados na Revisão da Literatura. O blogue “Arquivo Municipal de Espinho – Extensão Educativa”<sup>24</sup> existe desde 2008; no portal da Câmara Municipal de Mirandela encontra-se um *link* para o blogue<sup>25</sup> (criado em Janeiro de 2010), onde se encontra um diretório das secções do arquivo corrente, o regulamento do arquivo municipal e um PDF com a lista dos presidentes da câmara dos séculos XIX e XX. No distrito de Lisboa, os arquivos municipais de Alenquer<sup>26</sup> e do Cadaval<sup>27</sup> têm blogue, sendo que este último arquivo utiliza apenas o blogue como ferramenta de difusão e acesso à informação arquivística, não tendo qualquer outra presença na Internet.

O arquivo municipal de Barcelona tem duas páginas no Facebook: uma do arquivo municipal<sup>28</sup> e outra do arquivo fotográfico<sup>29</sup> e em qualquer uma das páginas do arquivo (municipal, histórico ou fotográfico) encontra-se a publicidade a esta ferramenta colaborativa, chamando a atenção aos utilizadores para a sua presença no Facebook. Em Portugal, só os arquivos de: Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis (distrito de Aveiro), Guimarães (distrito de Braga), Figueira da Foz<sup>30</sup> (distrito de Coimbra), Cascais (distrito de Lisboa), Penafiel<sup>31</sup> e Valongo (distrito do Porto), Torres Novas (Distrito de Santarém), Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo) e Mangualde (distrito de Viseu) têm conta no Facebook<sup>32</sup>. No entanto, esta é a plataforma preferida dos portugueses, usada por mais de 4 milhões de portugueses, sobretudo por adultos (LEITÃO, 2011: 111-112). No seu estudo, Crymble identificou 104 arquivos com páginas no Facebook e 64 que utilizam o Twitter, entre Agosto e Setembro de 2009 (CRYMBLE, 2010: 135). Em França, e segundo dados apurados por Édouard Bouyé para 2012, só 13 arquivos têm página no Facebook e 6 têm conta no Twitter mas em contrapartida, cerca de 20 serviços desenvolvem projetos de colaboração de indexação

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://ame-arquivomunicipalespinho.blogspot.pt/>

<sup>25</sup> Disponível em: <http://arquivomunicipalmirandela.blogspot.pt/>

<sup>26</sup> Disponível em: <http://arquivomuseualenquer.blogspot.pt/>

<sup>27</sup> Disponível em: <http://arquivo-cadaval.blogs.sapo.pt/>

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/bcnarxiunicipal>. O Arxiu de Barcelona tinha 1.278 “Likes” no dia 1 de Setembro de 2013

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ArxiuFotograficBcn>. O Arxiu Fotogràfic de Barcelona contava 5.646 “Likes” a 6 de Outubro de 2013

<sup>30</sup> Neste caso é o arquivo fotográfico municipal que tem conta no Facebook mas achou-se por bem considerar. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivo.foz?fref=ts>

<sup>31</sup> São os Amigos do Arquivo Municipal de Penafiel que têm página no Facebook mas é local de difusão e partilha de informação relacionada com o arquivo municipal daí ser tida em conta.

<sup>32</sup> NOTA: nas pesquisas efetuadas para o trabalho em causa verificou-se que a maioria das entidades tem uma página do município no Facebook. Por não se tratarem de páginas específicas destinadas à informação arquivística municipal mas a toda a informação municipal não foram consideradas. Contudo, isto não significa que nas contas dos municípios não seja veiculada informação sobre o arquivo, os seus fundos, os seus serviços e as suas atividades.

de documentos e identificação de imagens (MOIREZ, 2011: 187); 16 projetos de indexação colaborativa estão previstas para 2012, 12 em arquivos departamentais e 3 em arquivos comunais (BOUYÉ, 2012: 9).

O arquivo municipal Oliveira de Azeméis tem página no Facebook desde 17 de fevereiro de 2012 e conta com 179 “Likes”<sup>33</sup>; oferece uma breve descrição, contactos e apresenta a sua missão: “administrar a informação produzida e recebida pelo Município no âmbito das competências que lhe estão atribuídas. Depois de recolher, guardar, tratar e preservar a documentação, o Arquivo Municipal tem como prioridade garantir a difusão do património arquivístico municipal a todos aqueles que precisam. O organismo está assente na promoção e implementação de boas práticas de gestão documental no sentido de satisfazer com qualidade as necessidades das partes interessadas numa óptica de serviço público”. Neste texto recolhido da página do Facebook é referida a difusão como uma área prioritária da ação do serviço de arquivo. Na secção de álbuns podem ver-se fotos das iniciativas do serviço educativo e extensão cultural e das exposições documentais realizadas. O arquivo municipal de Oliveira de Azeméis promove a iniciativa “A minha chupeta fica para a História”, que visa a recolha de chupetas dos habitantes locais, e o Facebook serve de forma de divulgação da iniciativa junto da comunidade.

Em Guimarães, o arquivo municipal Alfredo Pimenta, está no Facebook desde 02 de Setembro de 2010 e tem 558 “Likes”<sup>34</sup>. Esta página está em articulação com o *site* do arquivo através da partilha dos “Destaques” e dos “Documentos com História”, fazendo um *link* para a página do arquivo, publicitando, desta forma, novos instrumentos de pesquisa que vão sendo realizados assim como documentos que estão descritos e acessíveis. Os álbuns de fotografias retratam as exposições realizadas, o trabalho desenvolvido pelo serviço educativo e datas comemorativas como o aniversário do arquivo ou o Dia Internacional dos Arquivos.

Alenquer tem a sua presença através de um perfil no Facebook do “Arquivo Museu Alenquer” que, a 25 de Outubro de 2013 contabiliza 1.088 amigos<sup>35</sup>. A informação disponibilizada prende-se sobretudo com assuntos relacionados com a terra,

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ArquivoMunicipalOAZ>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ArquivoMunicipalAlfredoPimenta>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivomuseu.alenquer?fref=ts>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

alenquerenses insígnias, história e património, cujas imagens são depois disponibilizadas nos álbuns de fotografias.

O Arquivo Histórico Municipal de Valongo tem uma popularidade notória com 4.262 “Likes” na sua página de Facebook<sup>36</sup>! Note-se que o “Arxiu Municipal de Barcelona” tem 1.278 “Likes”<sup>37</sup> e o “Arxiu Fotogràfic de Barcelona” tem 5.646 “Likes”<sup>38</sup>. Na introdução disponível na página escreve-se que o arquivo: “Desenvolve a sua atividade nas áreas da: gestão, organização e tratamento documental; investigação histórica; acesso à informação; proteção, preservação e divulgação do património arquivístico do Concelho de Valongo.” Mais uma vez, a área da divulgação surge como algo a fomentar. Em todas as imagens disponibilizadas há a preocupação de contextualização, sejam as imagens do “Documento do Mês” (com *link* para página do arquivo no portal da câmara), seja nas fotografias ou nos álbuns que retratam as visitas ao arquivo, as atividades educativas e as exposições realizadas, e até a comemoração do Dia Internacional dos Arquivos.

A página do Facebook do Arquivo Municipal de Torres Novas tem 967 “Likes”<sup>39</sup>. Este arquivo promove a iniciativa “Um mês, Um Poema. De José Lopes dos Santos” com um *link* para o documento e a indicação do código de referência. Os álbuns de fotografias mostram: o arquivo histórico da Misericórdia de Torres Novas, a visita da empresa pH Neutro, fotos do arquivo e exposições da biblioteca.

O Arquivo Municipal de Ponte de Lima entrou no Facebook a 13 de Dezembro de 2011 e conta com 495 “Likes”<sup>40</sup>. Tal como se viu no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, este arquivo usa o Facebook para publicitar a documentação disponível *online* no catálogo do arquivo, através de um *link* que faz a ligação entre as duas plataformas. As exposições virtuais que se encontram no *site* do arquivo são partilhadas no Facebook, assim como álbuns com fotografias do serviço educativo e cartazes da agenda cultural.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivohistoricomunicipal.valongo>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>37</sup> Dados apurados a 1 de Setembro de 2013.

<sup>38</sup> Dados apurados a 6 de Outubro de 2013.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Arquivo-Municipal-de-Torres-Novas/407054056015943>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>40</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/ArquivoMunicipalPontedeLima?ref=br\\_tf](https://www.facebook.com/ArquivoMunicipalPontedeLima?ref=br_tf). Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

O Arquivo Municipal de Mangualde tem 583 amigos no Facebook<sup>41</sup>, ou seja, não tem uma página mas sim um perfil; no entanto, não tem qualquer informação sobre si, não determina os seus propósitos ou o objetivo da sua página. Apresenta álbuns com fotografias de exposições e palestras realizadas e os *posts* servem para a divulgação das exposições e palestras realizadas no arquivo ou na biblioteca municipal.

O Arquivo Fotográfico Figueira da Foz tem 747 amigos<sup>42</sup> mas não tem qualquer informação para além dos contactos institucionais. Os álbuns de fotografia são sobre exposições, passeios fotográficos; partilha de informações sobre a Figueira e Buarcos e algumas fotos antigas do concelho.

O Arquivo Municipal de Albergaria-a-Velha tem conta criada mas sem conteúdos, e a página da “Rede de Bibliotecas e Arquivos Municipais de Cascais” tem 146 “Likes”, foi criada a 21 de Outubro de 2010 e o último *post* data de Dezembro desse ano<sup>43</sup>.

O município de Barcelona tem, quer na página do arquivo histórico, quer na página do arquivo municipal, a divulgação do projeto “Dá-nos o teu apoio” que consiste, por um lado, na angariação de pessoas para a liga de amigos do arquivo, e, por outro, no pedido de documentos.

A ideia de um arquivo ter uma liga de amigos está de certa forma justificada no texto que se encontra na página como uma “expressão da sociedade comprometida com a conservação do património documental da cidade”. Entre os arquivos municipais portugueses apenas um, o de Penafiel, possui liga de amigos: “Associação dos Amigos do Arquivo” que foi fundada a 23 de Abril de 2005. Os “Amigos do Arquivo de Penafiel”, através da sua página do Facebook<sup>44</sup> comprometem-se com a “valorização, conservação, ... do património arquivístico do concelho de Penafiel e do seu arquivo municipal”.

A recolha de documentos nas mãos de particulares também encontra justificação no *site*: “construir a história de Barcelona”, enfatizando que os arquivos pessoais e particulares são de grande interesse. No estudo que faz da realidade francesa ao nível

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivo.mangualde?fref=ts>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivo.foz?fref=ts>. Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Rede-de-Bibliotecas-e-Arquivos-Municipais-de-Cascais/164367993591381> Dados apurados a 25 de Outubro de 2013.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Amigos-do-Arquivo-de-Penafiel/363657013717634>

dos arquivos participativos, Pauline Moirez aponta igualmente a web social como uma forma utilizada pelos serviços de recolherem arquivos privados (MOIREZ, 2012: 189).

Em relação ao pedido de colaboração dos cidadãos na recolha, identificação, salvaguarda, valorização e difusão do património arquivístico municipal (independentemente do seu suporte), em Portugal encontram-se quatro exemplos. São eles: o arquivo histórico municipal de Albufeira que tem três projetos de colaboração com os habitantes do concelho: “Recolha de Fotografias antigas de Albufeira”, “Genealogia do Algarve”<sup>45</sup> e “Casas com história” (VALBERDE & NEGRÃO, 2013); o arquivo municipal da Trofa que procura disponibilizar documentação/informação recolhida junto dos habitantes do município no Centro Digital de Informação Local; o arquivo municipal de Palmela que tem o projeto “Uma imagem, Mil memórias” que visa a recolha do património fotográfico do concelho, contando com a participação e ajuda dos locais; e o arquivo municipal de Oliveira de Azeméis que pretende recolher fotografias a preto e branco do concelho até final do ano. A Web 2.0 é vista como uma mudança de atitude por diversos autores (MARGAIX ARNAL, 2007; CRYMBLE, 2010; ALVIM, 2011), e os casos acima citados podem situar-se nesse domínio, mas todos são unânimes em relacioná-la com a tecnologia. Nestas três situações é solicitada a colaboração e participação de todos; contudo, a ausência de ferramentas tecnológicas que possibilitem a introdução das informações solicitadas ou de imagens ou documentos afasta estas iniciativas de uma ideologia 2.0. Por exemplo, na sua página do Facebook, o Arquivo de Barcelona coloca fotografias e pede ajuda na identificação de pessoas.

O único arquivo que usa de facto a web social para a construção colaborativa do conhecimento e que pede claramente a ajuda dos utilizadores é Arquivo Municipal de Cascais, que tem conta no Flickr desde Junho de 2013, disponibilizando “todos os dias fotografias uma imagem histórica do concelho”. “Partilhar Memórias é Fazer História” é o mote lançado pelo arquivo municipal de Cascais, informando os utilizadores que podem colaborar na descrição, através de comentários, e até mesmo enviar fotografias para o endereço de correio eletrónico indicado, numa verdadeira perspetiva de que “Todos somos emissores y receptores de información, es la base del nuevo concepto de trabajo” (CERDÁ DÍAS, 2009: 20).

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://www.genealogiadoalgarve.com/index.php>

O Arquivo Municipal de Gaia é o único arquivo municipal português que tem conta no Twitter, no entanto, todos os tweets datam de 2009 e referem-se, apenas e tão só, às 1<sup>as</sup> Jornadas de Arquivos Municipais das Cidades do Eixo Atlântico.

Para além destas iniciativas de colaboração com os cidadãos, a interação *online* faz-se sobretudo através de contactos via *email* e da possibilidade de partilha de conteúdos das páginas dos serviços de arquivo municipais no email, Facebook, Twitter ou blogue do utilizador que está a consultar a documentação/informação, como por exemplo o arquivo municipal de Vila Nova de Famalicão, e ainda o inquérito de satisfação que o arquivo municipal Alfredo Pimenta faz aos seus utilizadores.

A proximidade com o público, o cidadão, o utilizador faz-se igualmente através de exposições “função capaz de o fazer interagir com um público não especializado” nos arquivos que Marta Nogueira identifica como “difusão cultural” (NOGUEIRA, 2012b: 6).

O arquivo municipal de Barcelona, nas suas três páginas, apresenta exposições virtuais. Eles divulgam não só exposições em curso mas também exposições anteriores e futuras, exposições virtuais e itinerantes, que se podem partilhar no Facebook, no Twitter, no Blogue ou Gmail, por exemplo. As exposições virtuais têm uma apresentação, a exposição em si, um vídeo com os documentos selecionados e devidamente legendados. As exposições documentais são uma forma de “possibilitar uma melhoria da imagem institucional do Arquivo” (NOGUEIRA, 2012b: 46) mas exposições virtuais, que não estão condicionadas por motivos logísticos (espaço, material expositivo, condições ideais de temperatura, humidade relativa e luz) e que chegam a um público mais vasto, devido à ubiquidade da Internet, são quase uma miragem no panorama arquivístico português<sup>46</sup>. Aquelas que mais se aproximam do exemplo catalão são as dos arquivos de: Évora, Lagos, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Vila Nova de Gaia. O sítio na Internet do arquivo municipal de Évora tem visitas às suas várias valências assim como exposições virtuais. O arquivo municipal de Lagos, para além da publicidade que faz às exposições documentais, tem os catálogos das mesmas *online* que permitem virar as páginas, tem uma visão panorâmica da sala com a exposição e vídeos do edifício. O arquivo municipal de Albufeira tem a indicação de 3

---

<sup>46</sup> Esta realidade também se verifica no caso dos Arquivos Distritais portugueses (NOGUEIRA, 2012b: 65).

exposições virtuais mas, à data<sup>47</sup> da consulta do *site*, não estavam acessíveis. Outros arquivos municipais acabam por permitir um certo acesso virtual às exposições documentais que realizam. Não se podendo considerar como uma real e efetiva exposição virtual, o arquivo municipal do Barreiro, por exemplo, disponibiliza em PDF os painéis e murais que estiveram patentes na exposição; o de Vila do Bispo, na secção “Informações úteis” tem uma visita virtual ao arquivo em formato PDF; e o de Coimbra tem uma visita virtual ao arquivo em PDF e os catálogos das exposições realizadas, também em PDF. As exposições documentais em arquivos até são uma realidade mas pouco se vislumbra delas na Web e, ao nível da difusão, os catálogos das exposições são instrumentos que potenciam “uma utilização e usufruição” dos documentos/informação dos arquivos municipais “que não se baseia nem se esgota no acesso” (NOGUEIRA, 2012b: 21). Como se viu, estes instrumentos são publicados *online* mas nos sítios dos arquivos, sobretudo o que se encontra, é a publicidade a estas iniciativas expositivas, disponibilizam apenas o cartaz ou um convite.

Por serem em número reduzido as exposições virtuais em arquivos municipais, considerou-se analisar também a iniciativa “Documento do Mês” através da qual os arquivos divulgam alguns dos documentos mais interessantes que possuem. Não se localizou nenhuma iniciativa deste género no arquivo municipal de Barcelona. O arquivo municipal de Olhão desenvolve esta iniciativa desde 2009 intitulada “Arquivo Vivo” e o arquivo de Póvoa do Varzim chama-lhe “Páginas de História com Estórias”. O arquivo municipal de Valongo, no seu “Documento do Mês” tem o objeto digital do documento selecionado com uma descrição e um *link* com possibilidade de partilha no Facebook. Esta é a solução mais comum: disponibilização do objeto digital com o enquadramento descritivo permitindo ao utilizador fazer o *download* do documento, enviá-lo por endereço eletrónico ou partilhá-lo numa plataforma colaborativa da web social. O arquivo municipal de Sines publica *online* o “Documento do Mês” e a iniciativa “Portas Abertas”; Santarém e Tavira também usam o “Documento do Mês”; o arquivo municipal de Ponte de Sor publica o “Documento do Mês” no *site* do Centro de Artes e Cultura.

Ao nível do marketing nos arquivos encontram-se publicações *online* e venda de publicações de edição dos arquivos. Dois arquivos (Póvoa do Varzim e Vila Nova de Gaia, ambos do distrito de Porto) têm divulgação *online* da existência de uma loja onde

---

<sup>47</sup> Agosto de 2013.



há merchandising próprio do arquivo, assim como o Arquivo Municipal de Amsterdão, que possui uma loja de venda de produtos feitos a partir da documentação custodiada no arquivo (ALBERCH I FUGUERAS, 2000: 5).

#### **CAPÍTULO IV – Discussão dos resultados e sugestões de boas práticas**

Um primeiro substrato de análise comprova a utilização da Internet como veículo de difusão e acesso à informação arquivística embora com uma presença ainda pouco significativa no conjunto total dos arquivos municipais portugueses. De facto, a “maioria das Câmaras Municipais tem andado de costas voltadas ou desprezado enormemente o seu património arquivístico” (PEIXOTO, 2000: 44) o que ajuda a explicar, talvez, a inexistência de maior informação arquivística nos *sites* explorados e também o facto de apenas 37,66% dos arquivos estarem presentes na WWW, assim como “deficientes instalações e equipamentos, ausência de recursos humanos especializados nos seus quadros e falta de encaminhamento de recursos financeiros” (PEIXOTO, 2000: 47) dirigidos aos arquivos municipais são causas da ausência de estratégias de difusão. Na verdade, se não há arquivistas / gestores de informação, se não há condições físicas de preservação e acondicionamento da documentação/informação, se não há dinheiro para adquirir equipamentos ou programas de *software* adequados, será de esperar que também não haja políticas de difusão da informação/documentação. Os arquivistas municipais reconhecem que: “Os serviços mais importantes disponíveis na internet são o correio eletrónico (email) e as páginas de informação (WWW.). Assim, a CMVR (Câmara Municipal de Vila Real) e o ArqMVR (Arquivo Municipal de Vila Real), comunicam com a sociedade através dos seus *sites* na internet, rede pela qual se podem desenvolver atividades, informar, e estar mais perto da nossa realidade, com inúmeras vantagens a ela associadas, sendo a velocidade de obter uma informação a principal vantagem, além da simplificação, também veio reduzir custos, pois os sistemas de comunicação tradicionais (correio postal, fax, telex, etc.) eram lentos e mais dispendiosos” (EIRIZ, 2011: n.n.) mas esta é ainda uma visão Web 1.0.

No V Encontro Nacional de Arquivos Municipais, já em 2001, foi recomendada a divulgação dos arquivos e respetivos acervos na Internet (PEIXOTO, 2001: 1). Como se pode ver, passados 12 anos apenas 116 arquivos municipais (37,66%) estão na Web e

destes, 55 (47,41%) têm IDD e 11 (9,48%) disponibilizam objetos digitais. Para Acuña e Agenjo “las instituciones de memoria pueden y deben ser productoras de recursos y contenidos digitales” e “los archivos atesoran y conservan una enorme cantidad de información que puede ser transformada en contenidos accesibles a través de la web para diferentes tipos de usuarios” (ACUÑA & AGENJO, 2005: 408). De facto, se em 2010 48,8% da população portuguesa com mais de 15 anos utilizava a Internet (LEITÃO, 2011: 108), números com tendência de crescimento, é inevitável pensar no mundo virtual como uma forma de chegar a potenciais utilizadores. Por outro lado, reconhece-se que “disponibilização de documentação *online* no seu portal [da Câmara Municipal de Vila Real], de forma a evitar a deslocação dos munícipes entre serviços, perdendo tempo e enfrentando filas, criando um maior rigor e simplificação entre serviços e documentos, preservando sempre o documento original”. (EIRIZ, 2011: n.n.) Contudo, aquilo que se verifica é que o acesso à informação é ainda feito sobretudo através de IDD’s o que, nas palavras de Marta Nogueira “sustenta uma relação entre Arquivos e público baseada no acesso e na consulta o que na atualidade corresponde a uma conceção redutora” (NOGUEIRA, 2012a: 92), que se configura ainda como um modelo da Web 1.0.

A primeira dificuldade já constatada na Análise Qualitativa é o acesso ao arquivo. Parece que “En nuestra cultura organizativa hemos asumido la necesidad de contar con secciones o departamentos de descripción, conservación, mantenimiento, microfilmación y digitalización, entre otros, pero hasta fechas muy recientes se ha prestado poca atención a la creación de servicios más finalistas, pensados en atender las necesidades más prosaicas de los ciudadanos y con la voluntad de "democratizar" y facilitar el acceso a la información.” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 4).

Por outro lado, aquilo que se verifica em pleno século XXI, o acesso à informação é feito através de instrumentos estáticos, que não permitem qualquer tipo de pesquisa mais elaborada ou aprofundada e sem a associação de objetos digitais. O arquivo municipal de Ovar, por exemplo, apresenta como instrumento de acesso um PDF do inventário do arquivo histórico publicado em 1989!; o arquivo de Olhão oferece uma digitalização da obra “Guia do Arquivo Histórico Municipal de Olhão”; e o arquivo de Vila do Bispo apresenta inventário que é a digitalização de uma publicação antiga. Também no relatório PARAM se verificou uma falta de utilização da norma de descrição arquivística ISAD(G) (PENTEADO & HENRIQUES, 2008: 31). Os objetivos

de “Mejorar la inteligibilidad de los instrumentos de descripción mediante la aplicación intensiva de los métodos de descripción normalizada.” (ALBERCH FUGUERAS, 2000: 6) está longe de ser concretizada.

O posicionamento dos arquivistas municipais é diverso quanto às estratégias de difusão da informação implementadas nos serviços de arquivo. No Encontro de Arquivos Municipais em Leiria em 2011, a responsável pelo arquivo municipal de Sesimbra centra a sua apresentação sobre “O Papel do Arquivo Municipal na modernização da Administração Pública” no elencar de publicações de inventários, artigos, teses, monografias como forma de difusão de informação, não fazendo qualquer menção à utilização da internet como veículo de difusão da informação (RODRIGUES, 2011: 11-14). No mesmo Encontro, Carla Mónica Eiriz afirma que “No que respeita à disponibilização de informação *online*, a CMVR/ArqMVR tem vindo a traçar uma estratégia de partilha e difusão do seu Património Arquivístico com diversas instituições. A digitalização de documentos é mais uma vez, o veículo para a disponibilização e divulgação das imagens dos diversos Fundos disponíveis no ArqMVR e que contribuem para o usufruto do nosso Património.” (EIRIZ, 2011: 4).

Passando para um segundo patamar, procurando ir mais longe na utilização que se faz da web social enquanto veículo de difusão e acesso à informação arquivística, no que aos arquivos municipais portugueses diz respeito, então a análise dos dados comprova uma quase não existência de arquivos 2.0.

Os arquivos municipais de Oliveira de Azeméis (distrito de Aveiro), Guimarães (distrito de Braga), Cascais e Lisboa (distrito de Lisboa), Porto (distrito de Porto), e Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo) podem ser considerados como os casos que fazem um melhor uso da Internet e da Web 2.0 no acesso e difusão da informação arquivística. Estes 6 arquivos municipais são os que mais se aproximam do exemplo escolhido de boas práticas, o Arquivo Municipal de Barcelona, e são também aqueles que usam alguma plataforma colaborativa da Web 2.0.

Todos estes arquivos têm uma página própria de Internet, com associação igualmente a um *link* no portal da câmara municipal respetiva, e todos beneficiaram de apoio do PARAM; todos têm Instrumentos de Descrição Documental *online* assim

como plataformas de pesquisa multinível com objetos digitais associados; e todos (à exceção de Lisboa e Porto) têm conta numa plataforma da web social<sup>48</sup>.

Cabe igualmente uma referência aos arquivos municipais de Vale de Cambra (distrito de Aveiro), Coimbra (distrito de Coimbra), Évora (distrito de Évora), Albufeira e Tavira (distrito de Faro), Penafiel, Valongo e Vila Nova de Gaia (distrito do Porto), Constância (distrito de Santarém), Almada e Sines (distrito de Setúbal) e Paredes de Coura (distrito de Viana do Castelo) por se considerar que promovem um acesso muito bom aos seus documentos/informação, por terem atividades de divulgação de assinalar (nomeadamente serviço educativo, exposições documentais e virtuais, etc.) e, nalguns casos, por entrarem no espírito colaborativo da Web 2.0 mas por ainda não terem uma presença forte na Internet nem fazerem uso de qualquer plataforma tecnológica da web social.

No topo considera-se o trabalho realizado pelo Arquivo Histórico Municipal de Cascais, não só pela qualidade no nível de acesso à informação arquivística mas porque utiliza a tecnologia participativa para difusão da sua documentação/informação aproveitando a sua página do Flickr para solicitar a colaboração dos utilizadores na recolha e identificação de fotografias. É caso único entre os 116 que estão na web. O Flickr é utilizado por dez serviços de arquivos públicos franceses para a partilha e identificação de fotografias (BOUYÉ, 2012: 3).

Se O'Reilly, por exemplo, faz uma relação exclusiva entre web 2.0 e a tecnologia há que ter em conta que "... son los principios de compartir, reutilizar, mejora continua, consideración del usuario como fuente de información, confianza, aprovechamiento de la inteligencia colectiva, etc., los que han impulsado el establecimiento de la actitud 2.0, haciendo que la tecnologia passe a un segundo plano." (MARGAIX ARNAL, 2007: 96). O que acontece com os arquivos municipais portugueses, após as análises dos dados recolhidos chega-se à conclusão que, à exceção de Cascais, não há um verdadeiro aproveitamento da tecnologia e da inteligência coletiva na difusão da informação. Em França, por exemplo, estima-se que, no final de 2012, 30% dos arquivos departamentais estejam na web 2.0 e que, a este ritmo, todos os departamentos adotem funcionalidades colaborativas até 2015 (BOUYÉ, 2012: 10). Os arquivos de Albufeira, Oliveira de Azeméis, Palmela, Trofa e Vale de Cambra, que têm

---

<sup>48</sup> Os arquivos municipais de Cascais, Guimarães, Oliveira de Azeméis e Ponte de Lima possuem conta no Facebook; o de Cascais tem também página no Flickr; e o de Guimarães tem também conta no Twitter.

iniciativas de recolha de documentos textuais e fotográficos, solicitando desta forma a colaboração das populações, com estas iniciativas entram no espírito e atitude 2.0 mas falta a utilização da web social, ou seja, falta a componente tecnológica. Paulo Leitão considera que “as bibliotecas e arquivos devem, no contexto da definição de uma estratégia de participação, ter em conta, em primeiro lugar, que os níveis de utilização, em termos quantitativos, das redes sociais têm vindo a crescer de forma acelerada...” (LEITÃO, 2011: 122). O arquivo municipal de Oliveira de Azeméis, que tem um projeto de recolha de fotografias a preto e branco do concelho até final do ano poderia seguir o exemplo de Cascais e utilizar o Flickr para uma colaboração interativa com dos utilizadores; até mesmo a sua página do Facebook poderia ser utilizada para o efeito, mas isso não se verifica. Se, como se viu na revisão da literatura, o aproveitamento da inteligência coletiva associado à web social são a chave do desenvolvimento da web 2.0, e por transposição, se a participação dos cidadãos na construção do conhecimento, utilizando ferramentas tecnológicas, está na base do conceito dos arquivos 2.0, então dificilmente encontramos arquivos 2.0 entre os arquivos municipais portugueses.

Neste ponto pode-se igualmente realçar dois casos de arquivos que utilizam a Web Social para a partilha e difusão de conteúdos arquivísticos: o Arquivo Municipal de Ponte de Lima e o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães). Estes dois arquivos utilizam as páginas do Facebook como plataforma de difusão de informação através de *links* para as próprias páginas, publicitando e partilhando inventários, catálogos, exposições virtuais. Paralelamente, todos esses conteúdos são passíveis de partilha no Blogger, Facebook, Twitter, Gmail, *e-mail* de quem está a consultar a página destes arquivos *online*.

Se os arquivistas municipais criticam o domínio do modelo historicizante (PEIXOTO, 2002: 97) pugnando por uma gestão integrada da documentação municipal a realidade virtual é que são os documentos com valor informativo, do dito Arquivo Histórico, aqueles que geram maior capacidade colaborativa, aqueles que interessam tanto aos investigadores da histórica local, como aos especialistas em história da família e aos genealogistas, aqueles que encontram maior empatia junto das populações assim como aqueles que mais facilmente levam a iniciativas colaborativas de partilha do conhecimento. Aqui podem-se citar os projetos dinamizados pelo arquivo municipal de Albufeira, por exemplo. “Casas com Histórias”, “Recolha de Fotografias Antigas de Albufeira”, “Arquivos em Movimento” e “Genealogia do Algarve” (VALVERDE & NEGRÃO, 2013).

As análises feitas, a apreensão de conteúdos teóricos e a verificação de casos de boas práticas levam a sugerir determinadas soluções. Considera-se que é de extrema relevância a presença na Internet e que esta pode ser feita, à falta de apoio informático, através de plataformas tendencialmente gratuitas e de rápida atualização como os blogues<sup>49</sup> visto que estes funcionam como uma página da Internet com a facilidade de edição e com a possibilidade de articulação entre texto, imagem e *links*. O registo no Portal Português de Arquivos, por exemplo, poderá ser outra forma dos serviços de arquivo municipais disponibilizarem informação e objetos digitais de forma fácil e perfeitamente regulamentada. Paralelamente, existem ainda plataformas de descrição arquivística, como é o caso do ICA-AtoM, que são ferramentas de fácil utilização e que seguem as normas ISAD(G), ISAAR-CPF e ISDIAH, ao mesmo tempo que permitem a associação de objetos digitais, permitindo manter o contexto da documentação/informação.

Da mesma forma, crê-se que o Facebook é uma plataforma interessante para iniciativas de marketing dos arquivos municipais. A mesma ideia foi ressaltada por Cristiana Freitas no II Encontro de Arquivos Contemporâneos<sup>50</sup> onde apontou a criação de uma página no Facebook com esta intenção. Aqui, o exemplo de Barcelona, de Ponte de Lima e de Guimarães, que colocam nas suas páginas do Facebook *links* para a informação que vão disponibilizando nos seus *sites*, pode ser seguido.

A participação colaborativa de todos é uma mais-valia no caso dos arquivos fotográficos. Tal como Cascais que tem conta no Flickr, considera-se que esta é uma opção útil. A criação de álbuns, que podem corresponder a séries ou coleções, e a interatividade com os utilizadores através da colocação de etiquetas e de comentários, são motivos suficientes para apostar nesta plataforma.

O número importante de arquivistas municipais em serviços de arquivo das edilidades não é compatível com a realidade aqui descrita e enunciada. É importante apresentar soluções de dinamização dos serviços de arquivo municipais, explicando aos

---

<sup>49</sup> Embora nem todos os sejam.

<sup>50</sup> O II Encontro de Arquivos Contemporâneos: Arquivos Digitais e Investigação realizou-se nos dias 22 e 23 de Outubro de 2013 na Biblioteca Nacional, em Lisboa. A Dr.ª Cristiana Freitas apresentou a comunicação “Do paradigma custodial ao acesso universal: estudo de caso do @rquivo Municipal de Ponte de Lima”.

profissionais as potencialidades, os forças e as fraquezas de cada uma das plataformas colaborativas da Web 2.0, enumerando exemplos de sucesso e de boas práticas.

Todas estas iniciativas de difusão da documentação/informação dão trabalho e, fundamentalmente, são a última linha do trabalho do arquivista e reconhece-se que há ainda muito a fazer, muita documentação por tratar, em deficientes condições de preservação e ausência de meios financeiros para se atingir a situação ideal, no entanto, verifica-se que muito já está feito. A aposta na inteligência coletiva para construção do conhecimento pode ser um verdadeiro aliado dos arquivos municipais no cumprimento das funções primordiais de acesso e difusão à informação arquivística.

## CONCLUSÃO

A ideia de arquivos participativos, em que os conhecimentos e competências dos internautas e dos não profissionais são aproveitados na indexação colaborativa<sup>51</sup>, na identificação de imagens, em suma numa melhor compreensão arquivos e no acesso à informação (MOIREZ, 2012; THEIMER, 2011), está longe de se concretizar junto dos arquivos municipais portugueses. E os arquivos municipais como os mais próximos dos cidadãos são os espaços por excelência para isso.

O elemento chave que é a colaboração dos utilizadores não está presente no universo dos arquivos municipais portugueses. Os cidadãos e utilizadores continuam a ser vistos como “consumidores de informação” e não como uma inteligência coletiva que pode ser aproveitada. “Si no hay confianza total no tiene ningún sentido abrir espacios para la participación” (MARGAIX ARNAL, 2007: 100). Será este um dos dados da equação que pode justificar esta lacuna? No mesmo sentido, Pauline Moirez afirma que “les archivistes sont tout particulièrement sensibles à la qualité des informations produites par les usagers” mas “C’est pourquoi les opérations de crowdsourcing sont encadrées, et le plus souvent intégrées sur les sites web institutionnels plutôt que déportées sur les médias sociaux où les vérifications sont plus complexes à effectuer” (MOIREZ, 2012 : 192). Ou seja, estes autores apontam algumas limitações à vontade de colaboração por parte dos arquivos sobretudo devido à desconfiança relativamente à qualidade de informação introduzida por não profissionais. A situação é contornável através da inscrição em sítios institucionais e até mesmo a realização de testes de leitura paleográfica (BOUYÉ, 2012: 7).

A primeira e principal dificuldade de quem acede é saber onde se encontra a informação sobre o serviço arquivo e se é um facto que se pode recorrer de imediato à pesquisa que os *sites* dos municípios permitem, nem sempre é fácil seguir um percurso que retrate a dependência orgânica do serviço de arquivo dentro do organismo municipal.

Chega-se à conclusão que dos 116 serviços de arquivo municipais que foram contemplados pelo PARAM 112 estão contem informação na Internet mas são ainda muito poucos (13,79%) aqueles que oferecem possibilidade de pesquisa em plataformas

---

<sup>51</sup> Também designada por folksonomia.



*online* com descrição multinível segundo as normas ISAD(G). Verifica-se também que os instrumentos de descrição documental em formato PDF (guias de fundos, inventários e catálogos), dentro ainda de uma visão de Arquivo 1.0 são a forma mais comum de acesso à documentação/informação. O utilizador cidadão, na grande maioria dos casos, tem que se deslocar fisicamente aos serviços de arquivo municipais visto que o que encontra na Internet são instrumentos de pesquisa insuficientes e desajustados à realidade século XXI, assim como poucos objetos digitais disponíveis *online*, nalguns casos sem contextualização.

Se ao nível do acesso se apresentam algumas dificuldades, verifica-se que são muito poucos os arquivos que oferecem uma efetiva difusão de informação arquivística *online*. É um facto que já muitos arquivos têm serviço cultural, serviço educativo, realizam exposições documentais, abrem as portas dos seus serviços a visitas mas isto são tudo ações direcionadas para um público que se desloca fisicamente ao serviço de arquivo, que não encontram paralelo no universo virtual.

Não se pode falar em arquivos 2.0 (exceção feita a Cascais) pois as ferramentas colaborativas da Web 2.0 são raramente utilizadas pelos arquivos municipais. Se nalguns casos existe uma perspetiva colaborativa entre arquivos e cidadãos, sendo pedida colaboração às populações sobretudo para recolha de informação/documentação arquivística, isso acontece ainda em ambiente não digital visto que as ferramentas colaborativas disponibilizadas pela Web 2.0 estudadas no presente trabalho (Facebook, blogue, Twitter e Flickr) não colhem preferência como mecanismos de difusão e partilha de informação, nem tão pouco são utilizadas no aproveitamento da inteligência coletiva para a construção do conhecimento. Como atrás se viu, apenas 4 arquivos municipais têm blogue e 11 têm conta no Facebook, um tem com conta no Flickr e outro no Twitter. É manifestamente pouco.

Conclui-se, portanto, que os arquivos podem ser mais flexíveis e abertos, procurando corresponder às expectativas e exigências dos utilizadores, fazendo uso das ferramentas colaborativas para chegar a um público mais vasto e diversificado pois “Los recursos, los centros, los archivos se abren a la participación y al fomento de actitudes cooperativas, o directamente se llega a la autogestión del usuario, creando los increíblemente populares “archivos sociales”, de información creada y compartida por los propios usuarios” (CERDÁ DÍAS, 2009: slide 20).

Os arquivos municipais, em concreto, ao utilizarem a Web 2.0 promovem uma melhoria ao acesso da informação, favorecendo a relação quer com os serviços municipais quer com os cidadãos, numa política de proximidade e na procura de uma administração aberta.

Este trabalho é um primeiro estudo, uma primeira abordagem da utilização da Internet e da Web 2.0 nos arquivos como ferramentas de acesso e difusão da informação. Não se excluem, para já, trabalhos futuros que complementem esta visão parcial e este primeiro levantamento. Será, por certo, interessante enquadrar os resultados apurados nas políticas camarárias, analisar os orçamentos disponíveis e adjudicados ao(s) arquivo(s) dos municípios, poder recolher uma ampla opinião dos profissionais de arquivo que trabalham nas câmaras e que desenvolvem, ou não, estratégias de difusão de informação, e de que forma o fazem e, sobretudo, poder recolher uma opinião junto dos utilizadores sobre a qualidade da informação que obtêm, a forma como lhes chega ou como dela tiveram conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, María José de; AGENJO, Xavier (2005) – “Archivos en la era digital: problema (y solución) de los recursos electrónicos”. In *El profesional de la información* [em linha]. Vol. 14, nº 6 (2005), p. 407-413. [Consultado dia 2 Outubro 2013]. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2005/noviembre/2.pdf>.

AGELET ORDOBÀS, Ferran (1998) – “Los Archivos Municipales en Internet. La Experiencia del Archivo Municipal de Barcelona”. In *XII Jornadas de Archivos Municipales. El Archivo en el Entorno Cultural*. [PDF]. Coslada, 21-22 de Mayo de 1998, p.113-123. [Consultado 30 Setembro 2013].

ALBERCH FUGUERAS, Ramón (2000) – “Ampliación del uso social de los archivos. Estrategias y perspectivas”. In *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica* [em linha]. Rio de Janeiro, 2000. [Consultado dia 3 Outubro 2013]. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>

ALVIM, Luísa (2011) – “Impossível não estar no Facebook! O nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social”. In *Cadernos BAD* 1/2 : p.14-26.

ALVIM, Luísa; NUNES, Manuela Barreto (2010) – “As Bibliotecas 2.0 são redes de comunicação? Contributo para o estudo sobre a utilização das tecnologias da Web 2.0 nas estratégias de comunicação nas bibliotecas públicas e académicas portuguesas” [em linha]. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 10, Guimarães, 2010 [Consultado dia 1 de Novembro de 2012]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/204/200>

ALVIM, Luísa (2009/2010) – “Da blogosfera ao facebook: o paradigma da comunicação nas bibliotecas portuguesas”. In *Cadernos BAD* Biblioteca 2.0. Nº 1/2 : p.29-59.

ALVIM, Luísa (2007) – “A Avaliação de Qualidade de Blogues” [em linha]. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007. [Consultado dia 1 de Novembro de 2012].

Disponível

em:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/595/444>

ALVIM, Luísa (2007) – “Blogues e Bibliotecas: construir redes na Web 2.0”. In *Cadernos BAD 1* : p.38-74.

ANDRÉ, Mónica; CARDOSO, Margarida (2006) – “Blog SWOT organizacional”. *Prisma.com* [Em linha]. 3 (Out. 2006) 448-468. [Consultado dia 1 Novembro 2010]. Disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/640/pdf>

ANTÓNIO, Rafael; SILVA, Andreia (2011) – Arquivos Definitivos na Web: que futuro? [em linha]. In *Atas do X Encontro Nacional de Arquivos Municipais Portugueses*. Leiria, Novembro 2011. [Consultado 25 Janeiro 2013]. Disponível em: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1>

BARRETO, Adalberto (2007) – “Blogues e bibliotecas: informação, comunicação e nonsense à velocidade da luz”. In *Cadernos BAD 1* : p.6-22.

BOUYE, Édouard (s.d.) – *La web collaboratif dans les services d'archives publics: un pari sur l'intelligence et les motivations des publics* [PDF]. S.l. ; s.d. [Consultado 25 Janeiro 2013].

CARVER, Julian (2008) – *Archives 2.0 - a summary of the way Archives NZ could use Web 2.0 technologies and approaches* [em linha]. 23 maio 2008 [Consultado dia 14 Dezembro 2013]. Disponível em: [http://seradigm.co.nz/wp-content/uploads/archives\\_web20.pdf](http://seradigm.co.nz/wp-content/uploads/archives_web20.pdf)

CERDÁ DÍAZ, Julio (2010) – “Los Archivos, un lugar para descubrir. Experiencias de dinamización cultural”. [em linha]. In *III Jornadas “Archivando” La difusión en los archivos*. Léon: Fundación Sierra Pambley, 11-12 noviembre de 2010. [Consultado 14 Dezembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15205/1/CERDA\\_DIAZ\\_Julio\\_Los\\_archivos\\_un\\_lugar\\_para\\_descubrir.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15205/1/CERDA_DIAZ_Julio_Los_archivos_un_lugar_para_descubrir.pdf)

CERDÁ DÍAZ, Julio (2009) – *Nuevas arquitecturas de la memoria. Los archivos en la era digital* [em linha]. Bilbao, 2 de diciembre de 2009. [Consultado dia 27 Agosto 2013]. Disponível em: <http://www.centroicaro.net/fileadmin/icaro/documentos/expo/jornadainaugural/los-archivos-en-la-era-digital.pdf>

CERDÁ DÍAZ, Julio (2008) – “Archivos Locales en la Web. El Futuro en la Red”. [em linha]. In *Compartir Archivos: Actas de las VIII Jornadas de Archivos Aragoneses. Huesca 25-28 de noviembre de 2008*. [Consultado dia 13 Dezembro 2012]. Huesca: Gobierno de Aragón; Diputación Provincial, 2008, t.II, p.151-172. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15204/1/CERDA\\_DIAZ\\_Julio\\_Archivos\\_Locales\\_en\\_la\\_Web.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15204/1/CERDA_DIAZ_Julio_Archivos_Locales_en_la_Web.pdf)

CERDÁ DÍAZ, Julio (2003) – “Archivos y Gestión Documental. Estrategias de Intervención en la Administración Local” [em linha]. In *Tejuelo*, n.º3, (2003), p.37-50 [Consultado 13 de Dezembro 2012]. Disponível em: <http://www.anabadmurcia.org/ojs/index.php/tejuelo/article/view/48>

CERDÁ DÍAZ, Julio (2002) – “Desarrollo de sistemas de acceso on line a fondos de archivo. Propuesta metodológica”. [em linha]. In *Congreso Internacional de Información, La Habana (Cuba)*, February 2002. p.1-12 [Consultado 14 Dezembro 2012]. Disponível em: <http://www.bibliociencias.cu/gsd/collect/eventos/index/assoc/HASH3820.dir/doc.pdf>

CERDÁ DÍAZ, Julio (2002) - “La socialización de los archivos. Internet en las nuevas estrategias de comunicación y difusión” [em linha]. In *INFO 2002: Congreso Internacional de Información* [Consultado dia 12 Dezembro 2012]. Fevereiro 2002, Havana – Cuba. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15224/1/CERDA\\_DIAZ\\_Julio\\_La%20socializaci%C3%B3n%20de%20los%20archivos.%20Internet%20en%20las%20nuevas.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15224/1/CERDA_DIAZ_Julio_La%20socializaci%C3%B3n%20de%20los%20archivos.%20Internet%20en%20las%20nuevas.pdf)

CRYMBLE, Adam (2010) – “An Analysis on Twitter and Facebook Use by the Archival Community” [PDF] In *Archivaria*, vol. 70 (Fall 2010): 125-151 [Consultado 12 Dezembro 2012] Disponível em: <http://www.crymble.ca/adam/cv/publications/Crymble-Archivaria.pdf>

CROWLEY, Mary Joan (2009) – *Web 2.0 and libraries* [em linha]. Conferência, Roma, 6 Março 2009. [Consultado 23 Novembro 2012]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/handle/10760/12962>

EIRAS, Bruno Duarte (2007) – “Blogs: mais que uma tecnologia, uma atitude”. In *Cadernos BAD 1* (2007), p.75-86.

EIRIZ, Carla Mónica C. (2011) – “A Câmara Municipal/Arquivo Municipal de Vila Real, na clarificação do passado, no aperfeiçoamento do presente e estruturação do

futuro” [PDF]. In *ACTAS do 10º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS “Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro”*. Leiria, 4 e 5 de Novembro de 2011.

EVANS, Max J. (2007) – “Archives of the People, by the People, for the People” [em linha]. In *The American Archivist*, vol. 70 (Fall/Winter 2007), p.387-400 [Consultado 30 Setembro 2013]. Disponível em: <http://archivists.metapress.com/content/d157t6667g54536g/fulltext.pdf>

FERNANDES, Judite Canha (2007) – “Redes e Movimentos Sociais sob os novos paradigmas da informação” [em linha]. *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS*, 9, Ponta Delgada, 2007. [Consultado dia 1 de Novembro de 2012]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/512/273>

FERRADA CUBILLOS, Mariela B. (2006) – “Biblogsfera, comunidad de bitácoras cuya temática versa total o parcialmente sobre Biblioteconomía y Documentación” [em linha]. *Biblios*, año 7, n.º 24, Abr-Jun. 2006, p.1-8. [Consultado 23 Novembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/8096/1/ferrada\\_biblogsfera.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/8096/1/ferrada_biblogsfera.pdf)

FERRADA CUBILLOS, Mariela (2006) – “Etnografía un enfoque para la investigación de weblogs en Biblioteconomía y Documentación”. [em linha]. In *Biblios* año 7, n.º 23, Ene-Mar. 2006, [Consultado dia 12 Dezembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/7395/1/2005\\_19.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/7395/1/2005_19.pdf)

FERRADA CUBILLOS, Mariela (2005) - Weblogs o bitácoras: un recurso de colaboración en línea para los Profesionales de la Información. [em linha]. Serie *Bibliotecología y Gestión de Información*, n.º6 Agosto, 2005. [Consultado 23 Novembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6787/1/serie\\_6.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6787/1/serie_6.pdf)

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José Antonio (2008) – “La Función Educativa de Bibliotecas y Bibliotecarios en el Contexto de las Tecnologías Participativas de la Web Social” [em linha] *PontodeAcesso*, Salvador, v.2, n.1, p. 51-71, jun./jul. 2008. [Consultado 22 Novembro 2012] Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/3997/1/gomezhernandezpontodeacesso2008.pdf>

Grupo de Trabalho de Archives Municipales Canarios (2008) – “Los archivos municipales canarios: estado de la cuestión y propuestas de desarrollo”. In *Boletín de ANABAD* – LVIII (2008), NÚM: 2, p.61-81.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO (1998) – *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM)*. Lisboa: IAN/TT: 1998.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (2005) – Norma Portuguesa 4041. Informação e Documentação. Terminologia Arquivística. Conceitos básicos.

JAY, Bhatt - *Blogging as a tool: innovative approaches to information access* [em linha]. Drexel University Libraries. [Consultado 22 Novembro 2012] Disponível em: <http://idea.library.drexel.edu/bitstream/1860/1203/1/2006175034.pdf>

KING, Kiara (2008) – *An Introduction to use Web 2.0 in the Archives*. [em linha] Society of Archivists Conference, York [Consultado dia 30 Setembro 2013]. Disponível em: <http://www.slideshare.net/araik/archives-20-presentation>

KOYAMA, Adriana Carvalho (2011) – “A Digitalização e o acesso à documentação de arquivos públicos para ações educativas: expectativas, práticas e algumas interfaces com procedimentos de preservação e descrição arquivística”. In *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História* [em linha] 18, 19 e 20 de Abril de 2011, Florianópolis/SC, p.1-14 [Consultado dia 29 Setembro 2013]. Disponível em: <http://abeh.org/trabalhos/GT04/tcompletoadriana.pdf>

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira (2011) – “WIKIS e Bibliotecas”. In *Cadernos BAD* 1/2, 2011, p.58-76.

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira (2010) – “Uma Biblioteca nas Redes Sociais: o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian no FLICKR”. In *Actas do 10º Congresso Nacional BAD*, 7,8 e 9 Abril de 2010, Guimarães.

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira (2001) – “A Web 2.0 e os seus públicos: o caso português”. [em linha]. In *Páginas a & b*, Porto, n.º8, série 2 : p.107-131 [Consultado dia 12 Dezembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/17943/1/A%20Web%202\\_PORTUGAL\\_UTILIZACAO.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/17943/1/A%20Web%202_PORTUGAL_UTILIZACAO.pdf)

LOURENÇO, Luís Norberto (2011) – “O uso do SCRIBD na divulgação de documentos de arquivo” [PDF]. In *ACTAS do 10º ENCONTRO NACIONAL DE*

ARQUIVOS MUNICIPAIS “Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro”. Leiria, 4 e 5 de Novembro de 2011.

MARGAIX-ARNAL, Dídac (2008) – “Las bibliotecas universitarias y Facebook: cómo y por qué estar presentes”. [em linha] In *El profesional de la información*, vol. 17, n.º 6, noviembre-diciembre, 2008, p. 589-601. [Consultado dia 30 de Setembro 2013]. Disponível em:

MARGAIX-ARNAL, Dídac (2007) – “Conceptos de web 2.0 y biblioteca 2.0: origen, definiciones y retos para las bibliotecas actuales” [em linha]. In *El profesional de la información*, v.16, n. 2, marzo-abril 2007, p.95-106. [Consultado dia 30 de Setembro 2013]. Disponível em:

<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/9521/1/kx5j65q110j51203.pdf>

MARIZ, José (1988) – “Arquivos Municipais : Proposta de Quadro de Classificação”. In *Actas do 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Montemor-o-Novo, 23-25 de Novembro de 1988, p. 143-154.

MOIREZ, Pauline (2012) – “Archives participatives”. [em linha]. In *Bibliothèques 2.0 à l’heure des médias sociaux. Editions du Cercle de la librairie*, 2012, p.187-197 [Consultado 30 Janeiro 2013]. Disponível em: [http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/72/54/20/PDF/ArchivesParticipatives\\_PMoirez.pdf](http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/72/54/20/PDF/ArchivesParticipatives_PMoirez.pdf)

NOGUEIRA, Marta (2012a) – “Terminologia Arquivística: reflexões sobre o conceito de difusão”. In *Atas do II Encontro de Arquivos do Algarve: Sistema de Gestão Integrada da Informação*. 20 e 21 de Maio de 2011. Portimão: 2012, p.89-109.

NOGUEIRA, Marta (2012b) – *A difusão cultural no Arquivo Nacional e nos Arquivos distritais portugueses: as exposições documentais (1990-2009)*. Dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, ramo Arquivos apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Janeiro 2012.

NOGUEIRA, Marta (2010) – “Archives in Web 2.0: New Opportunities” [em linha]. In *Ariadne* 63 (Abril 2010). [Consultado dia 13 Dezembro 2012] Disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1850/3/MNogueira\\_Archives\\_in\\_Web\\_2.0](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1850/3/MNogueira_Archives_in_Web_2.0)

O'REILLY, Tim (2005) – “What is web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software” [em linha]. In *O'Reilly Network*, 30 de Setembro 2005.



[Consultado dia 30 Setembro 2013]. Disponível em:  
[http://www.im.ethz.ch/education/HS08/OReilly\\_What\\_is\\_Web2\\_0.pdf](http://www.im.ethz.ch/education/HS08/OReilly_What_is_Web2_0.pdf)

PALMER, Joy (2009) – “Archives 2.0: If We Build It, Will They Come?” [em linha]. In *Ariadne* 60 (July 2009). [Consultado 30 Setembro 2013]. Disponível em:  
<http://www.ariadne.ac.uk/issue60/palmer>

PEIXOTO, António Maranhão (2005) – “Los archivos municipales portugueses en los albores del siglo XXI”. In *TABULA*, Número 8, 2005, p.81-90.

PEIXOTO, António Maranhão (2002) – “Arquivos Municipais: evolução e afirmação”. [em linha]. In *Cadernos BAD* (2002) p.96-104. [Consultado dia 12 Dezembro 2012].

Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22002/Peixoto.pdf>

PEIXOTO, António Maranhão (2001) – “Conclusões”. In *V Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Lisboa: BAD, 2001.

PEIXOTO, António Maranhão (2000) – “Os Arquivos Municipais e a Administração: Perspectivas e Desafios”. In *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 26-28 de Fevereiro de 2000, Loulé, p.41-51.

PENTEADO, Pedro & HENRIQUES, Cecília (2008) – “A DGARQ na rota da qualificação dos Arquivos Municipais” [em linha]. In *IX ENCONTRO NACIONAL E ARQUIVOS MUNICIPAIS “Novos Desafios da Gestão Documental”* Évora, 14 de Novembro de 2008. [Consultado 22 Novembro 2012]. Disponível em:  
<http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>

RAMALHO, José Carlos & FERROS, Luís (2013) – “Arquivos Digitais na 3ª Geração da Web: uma ideia com mais de 20 anos” [em linha]. In *Encontro Internacional de Arquivos: Instituição, Arquivos e Sistemas de Informação na Era pós-custodial*, Algarve, 4-5 Outubro de 2013. [Consultado 20 Outubro 2013]. Disponível em:  
[http://eiarquivos2013.weebly.com/uploads/1/6/7/0/16700556/arquivos\\_digitais\\_com\\_semantica\\_uma\\_ideia\\_com\\_20\\_anos.pdf](http://eiarquivos2013.weebly.com/uploads/1/6/7/0/16700556/arquivos_digitais_com_semantica_uma_ideia_com_20_anos.pdf)

RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O acesso à informação nos arquivos*. Dissertação de doutoramento em Arquivística, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I e II. Porto.

RODRIGUES, Joana Filipa Correia de Lemos (2011) – *História e património nos sítios web das câmaras municipais: a sugestão de boas prática e o evitar de maus*

*procedimentos de divulgação*. Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Fev. 2011. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5991>

RODRIGUES, Fernanda Maria do Ó (2011) - “O Papel do Arquivo Municipal na modernização da Administração Pública” [PDF]. In *ACTAS do 10º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS “Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro”*. Leiria, 4 e 5 de Novembro de 2011.

RODRIGUES, Rodrigo Souza - *Blogs no Serviço de Referência* [em linha]. 2009. [Consultado 22 Novembro 2012]. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15497/1/TCC\\_Completo.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15497/1/TCC_Completo.pdf)

SAMOUELIAN, Mary (2009) – “Embracing Web 2.0: Archives and the Newest Generation of Web Applications” [em linha]. In *The American Archivist*, Vol. 72 (Spring/Summer 2009), p.42-71 [Consultado 19 Setembro 2013]. Disponível em: <http://archivists.metapress.com/content/k73112x7n0773111/fulltext.pdf>

SCHELLENBERG, T. R. (1956) – *Modern Archives: Principles and Techniques* [PDF]. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da & RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.

SINCLAIR, Joan Marguerite (2011) – *The Interactive Archives: Social Media and Outreach*. [em linha]. Tese apresentada à Faculdade de Estudos Graduados da Universidade de Manitoba para obtenção do grau de Mestre em Artes, Novembro 2011. [Consultado 14 Dezembro 2012]. Disponível em: <http://mspace.lib.umanitoba.ca/handle/1993/8461>

SOUSA, Paulo Jorge et al. (2007) – “A Blogosfera: perspectivas e desafios no campo da Ciência da Informação”. In *Cadernos BAD 1* (2007), p.87-106.

SULLIVAN, Patricia Allendez (2010) – “Las redes sociales como canales de comunicación de las Unidades de Información”. In *Consultora de Ciencias de*

*Información* [em linha]. N.º 17, Junio 2010, p.1-15. [Consultado dia 29 Setembro 2013]. Disponível em: <http://www.slideshare.net/pattsul/017-4751008>

THEIMER, Kate (2011a) – *Exploring the Participatory Archives* [em linha] In [www.archivesnext.com](http://www.archivesnext.com) slide share [Consultado dia 30 Setembro 2013]. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ktheimer/theimer-participatory-archives-saa-2011>

THEIMER, Kate (2011b) – “What Is the Meaning of Archives 2.0?” [em linha]. In *The American Archivist*, vol.74 (Spring/Summer 2011), p.58-58. [Consultado 30 Janeiro 2013]. Disponível em: [http://bing.exp.sis.pitt.edu/661/1/AA\\_Web\\_2.0.pdf](http://bing.exp.sis.pitt.edu/661/1/AA_Web_2.0.pdf)

TONTA, Yasar – *Web 2.0 Technologies and Information Services* [em linha]. IMC Meeting, 28-30 May, La Spezia, Italy. [Consultado dia 29 de Setembro de 2013]. Disponível em: [http://www.academia.edu/255168/Web\\_2.0\\_Technologies\\_and\\_Information\\_Services](http://www.academia.edu/255168/Web_2.0_Technologies_and_Information_Services)

TONTA, Yasar (2008) – “Information Services and Web 2.0: New Challenges and Opportunities” [em linha]. In *Electronic Library: International Scientific Conference*, Belgrade, September 25th-28th, 2008. [Consultado dia 29 de Setembro de 2013]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12786/1/tonta-belgrade-2008-full-text-son.pdf>

VALVERDE, Isabel & NEGRÃO, Sónia (2013) – “Os Arquivos ao serviço da Reabilitação Urbana” [em linha]. In *Encontro Internacional de Arquivos. Instituições, Arquivos e Sistemas de Informação na Era pós-custodial. Universidade do Algarve, 4 e 5 de Outubro de 2013*. [Consultado 10 Outubro 2013]. Disponível em: [http://eiarquivos2013.weebly.com/uploads/1/6/7/0/16700556/os\\_arquivos\\_ao\\_servico\\_d\\_a\\_reabilitacao\\_urbana.pdf](http://eiarquivos2013.weebly.com/uploads/1/6/7/0/16700556/os_arquivos_ao_servico_d_a_reabilitacao_urbana.pdf)

WIKIPÉDIA (2013) – Blogue [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013].Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogue>

WIKIPÉDIA (2013) - Facebook [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013].Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>

WIKIPÉDIA (2013) - Flickr [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013].Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Flickr>

WIKIPÉDIA (2013) - Folksonomia [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013].Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Folksonomia>

WIKIPÉDIA (2013) - *Social Bookmarking* [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013]. Disponível em : [http://pt.wikipedia.org/wiki/Social\\_bookmarks](http://pt.wikipedia.org/wiki/Social_bookmarks)

WIKIPÉDIA (2013) – *Twitter* [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>

WIKIPÉDIA (2013) - *Wiki* [em linha]. [Consultado 25 Outubro 2013]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>

## RECURSOS ELETRÓNICOS

Câmara Municipal de Águeda - <http://www.cm-agueda.pt/>

Arquivo Municipal de Águeda - [http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=34351](http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34351)

Páginas da História - [http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=34432](http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34432)

Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha - <http://www.cm-albergaria.pt/>

Arquivo municipal de Albergaria-a-Velha - [http://www.cm-albergaria.pt/Templates/Services.aspx?id\\_class=3061&divName=1977s3061](http://www.cm-albergaria.pt/Templates/Services.aspx?id_class=3061&divName=1977s3061)

Câmara municipal de Anadia - <http://www.cm-anadia.pt/>

Câmara municipal de Arouca - <http://www.cm-arouca.pt/>

Câmara municipal de Aveiro - <http://www.cm-aveiro.pt/www/>

Arquivo Histórico municipal de Aveiro - [http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/tabtemplate.aspx?id\\_class=2566&TM=2408S2565S2566&SelectedTab=36405](http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/tabtemplate.aspx?id_class=2566&TM=2408S2565S2566&SelectedTab=36405)

Câmara Municipal de Espinho - <http://portal.cm-espinho.pt/pt/>

Arquivo municipal de Espinho - <http://portal.cm-espinho.pt/pt/informacao-e-atividades/documentos/arquivo-municipal/>

Blogue do arquivo municipal de Espinho: <http://ame-arquivomunicipalespinho.blogspot.pt/>

Câmara Municipal de Estarreja - <http://www.cm-estarreja.pt/>

Arquivo municipal de Estarreja - [http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=arquivo\\_municipal](http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=arquivo_municipal)

Câmara municipal de Ílhavo – <http://www.cm-ilhavo.pt/>

Arquivo municipal de Oliveira de Azeméis - <http://arquivo.cm-oaz.pt/>

Arquivo municipal de Ovar - [http://www.cm-ovar.pt/www//Templates/TabbedContainer.aspx?id\\_class=817&divName=634s131s726s817](http://www.cm-ovar.pt/www//Templates/TabbedContainer.aspx?id_class=817&divName=634s131s726s817)

Câmara municipal de São João da Madeira - <http://www.cm-sjm.pt/>

Câmara Municipal de Vale de Cambra – <http://www.cm-valedecambra.pt/>

Arquivo municipal de Vale de Cambra - <http://www.cm-valedecambra.pt/MVCWeb/homepage.do2>

Câmara municipal de Aljustrel – <http://www.mun-aljustrel.pt/default.aspx>

Arquivo municipal de Aljustrel - <http://www.mun-aljustrel.pt/menu/305/arquivo-historico.aspx>

Câmara municipal de Beja - <http://www.cm-beja.pt/homepage.do2>

Arquivo municipal de Beja - <http://www.cm-beja.pt/viewmunicipio.do2?numero=1326>

Arquivo municipal de Odemira - [http://www.cm-odemira.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=30932](http://www.cm-odemira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30932)

Câmara municipal de Serpa - <http://www.cm-serpa.pt/>

Arquivo municipal de Serpa - <http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=776>

Câmara municipal da Vidigueira – <http://www.cm-vidigueira.pt/>

Arquivo municipal da Vidigueira - <http://www.cm-vidigueira.pt/descobrir/arquivo>

Câmara municipal de Barcelos – <http://www.cm-barcelos.pt/>

Arquivo municipal de Barcelos – <http://www.cm-barcelos.pt/servicos/biblioteca-e-arquivos>

Câmara municipal de Braga – <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/public>

Arquivo municipal de Braga - [http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c5/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os\\_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTH18DKADKR2LKB3vC5fHr9vPlz03VL8iNKAcABsS5xA!!/d13/d3/L3dDb0EvUU5RTGtBISEvWUZSdndBISEvNI9QRkFKUuk2TEk1NDZDVjQ0M1MxMDAwMDAwMA!!/](http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTH18DKADKR2LKB3vC5fHr9vPlz03VL8iNKAcABsS5xA!!/d13/d3/L3dDb0EvUU5RTGtBISEvWUZSdndBISEvNI9QRkFKUuk2TEk1NDZDVjQ0M1MxMDAwMDAwMA!!/)

Câmara municipal de Fafe – <http://www.cm-fafe.pt/>

Câmara municipal de Guimarães – <http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx>

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - <http://81.90.51.74:8083/arquivo/>

Facebook do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – <https://www.facebook.com/ArquivoMunicipalAlfredoPimenta>

Câmara municipal de Terras de Bouro – <http://www.cm-terrasdebouro.pt/>

Arquivo municipal de Terras de Bouro - <http://www.cm-terrasdebouro.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=495a5d78-9c78-44ca-b1d2-8a93148bde30&m=c39>

Câmara municipal de Vila Nova de Famalicão – <http://www.cm-vnfamaliao.pt/>

Câmara municipal de Bragança – <http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx>

Arquivo municipal de Bragança - [http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=37851](http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=37851)

Arquivo municipal de Mirandela – blogue: <http://arquivomunicipalmirandela.blogspot.pt/>

Câmara municipal de Torre de Moncorvo - <http://www.cm-moncorvo.pt/>

Câmara municipal de Idanha-a-Nova – <http://www.cm-idanhanova.pt/>

Câmara municipal de Penamacor – <http://www.cm-penamacor.pt/>

Arquivo municipal de Penamacor - [http://www.cm-penamacor.pt/cms/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=77](http://www.cm-penamacor.pt/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=77)

Câmara municipal de Proença-a-Nova – <http://www.cm-proencanova.pt/>

Arquivo municipal de Proença-a-Nova - <http://www.cm-proencanova.pt/Municipio/arquivo/139>

Câmara municipal da Sertã – <http://www.cm-serta.pt/>

Câmara municipal de Arganil - <http://www.cm-arganil.pt/>

Câmara municipal de Coimbra – <http://www.cm-coimbra.pt/>

Arquivo municipal de Coimbra – [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=312&Itemid=459](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=312&Itemid=459)

Câmara municipal da Figueira da Foz – <http://www.figueiradigital.com/>

Arquivo municipal da Figueira da Foz - <http://www.figueiradigital.com/?zona=502&mid=2>

Arquivo fotográfico municipal da Figueira da Foz - <http://www.figueiradigital.com/arquivofotografico/>

Facebook do Arquivo fotográfico da câmara municipal da Figueira da Foz: <https://www.facebook.com/arquivo.foz?fref=ts>.

Câmara municipal da Lousã - <http://www.cm-lousa.pt/>

Câmara municipal de Montemor-o-Velho – <http://www.cm-montemorvelho.pt/>

Câmara municipal de Arraiolos - <http://www.cm-arraiolos.pt/pt/Munic%C3%ADpio%20de%20Arraiolos.htm>

Arquivo municipal de Arraiolos - [http://www.cm-arraiolos.pt/biblioteca-arraiolos/visita\\_virtual/arquivo\\_historico.htm](http://www.cm-arraiolos.pt/biblioteca-arraiolos/visita_virtual/arquivo_historico.htm)

Câmara municipal de Estremoz – <http://www.cm-estremoz.pt/>

Arquivo municipal de Estremoz – <http://www.cm-estremoz.pt/index.php?it=196&lang=1>

Câmara Municipal de Évora – <http://www.cm-evora.pt/pt/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20%C3%89vora.htm>

Arquivo Municipal de Évora – <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/>

Arquivo fotográfico de Évora - <http://www2.cm-evora.pt/arquivofotografico/>

Arquivo municipal de Montemor-o-Novo - <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/conteudos/municipio/equipamentos+municipais/Arquivo+Municipal.htm>

Câmara municipal de Portel – <http://www.cm-portel.pt/pt/camara%20municipal%20de%20portel.htm>

Câmara municipal de Redondo – <http://www.cm-redondo.pt/pt/Munic%C3%ADpio%20de%20Redondo.htm>

Arquivo municipal de Redondo – <http://www.cm-redondo.pt/pt/conteudos/munic%C3%ADpio/Equipamentos/Arquivo+Municipal.htm>

Câmara municipal de Reguengos de Monsaraz – <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/index.htm>

Arquivo municipal de Reguengos de Monsaraz – <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/>

Câmara municipal de Viana do Alentejo – <http://www.cm-vianadoalentejo.pt/pt>

Arquivo Histórico Municipal de Viana do Alentejo - [http://biblioteca.cm-vianadoalentejo.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=28](http://biblioteca.cm-vianadoalentejo.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=28)

Câmara municipal de Albufeira - [http://www.cm-albufeira.pt/portal\\_autarquico/albufeira/v\\_pt-PT](http://www.cm-albufeira.pt/portal_autarquico/albufeira/v_pt-PT)

Arquivo municipal de Albufeira - [http://www.cm-albufeira.pt/portal\\_autarquico/albufeira/v\\_pt-PT/menu\\_munice/servicos\\_municipais/arquivo\\_historico/](http://www.cm-albufeira.pt/portal_autarquico/albufeira/v_pt-PT/menu_munice/servicos_municipais/arquivo_historico/)

<http://arquivo.cm-albufeira.pt/> Pesquisa:

Câmara municipal de Alcoutim – [http://www.cm-alcoutim.pt/portal\\_autarquico/alcoutim/v\\_pt-PT](http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT)

Arquivo municipal de Alcoutim - [http://www.cm-alcoutim.pt/portal\\_autarquico/alcoutim/v\\_pt-PT/menu\\_turista/cultura/arquivo\\_municipal/](http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/arquivo_municipal/)

Câmara municipal de Faro – <http://www.cm-faro.pt/default.aspx>

Arquivo municipal de Faro – <http://www.cm-faro.pt/menu/329/no-arquivo-municipal.aspx>

Arquivo Histórico municipal de Faro – <http://www.cm-faro.pt/647/arquivo-historico.aspx>



Arquivo corrente e intermédio municipal de Faro - <http://www.cm-faro.pt/646/arquivo-corrente-e-intermedio.aspx>

Arquivo municipal de Lagos – <http://www.arquivomunicipallagos.com/>

Câmara municipal de Loulé – <http://www.cm-loule.pt/default.aspx>

Arquivo municipal de Loulé – <http://www.cm-loule.pt/menu/220/apresentacao.aspx>

Câmara municipal de Olhão – <http://www.cm-olhao.pt/municipio/camara-municipal>

Arquivo municipal de Olhão – <http://www.cm-olhao.pt/areasatuacao/cultura/arquivo-municipal>

Câmara municipal de Portimão – [http://www.cm-portimao.pt/portal\\_autarquico/portimao/v\\_pt-PT](http://www.cm-portimao.pt/portal_autarquico/portimao/v_pt-PT)

Arquivo municipal de Portimão – [http://www.cm-portimao.pt/portal\\_autarquico/portimao/v\\_pt-PT/menu\\_munice/servicos\\_municipais/arquivo/](http://www.cm-portimao.pt/portal_autarquico/portimao/v_pt-PT/menu_munice/servicos_municipais/arquivo/)

Câmara municipal de Tavira – <http://www.cm-tavira.pt/site/index.php>

Arquivo municipal de Tavira – <http://www.cm-tavira.pt/site/content/camara-arquivo/arquivo-municipal>

Câmara municipal de Vila do Bispo – [http://www.cm-viladobispo.pt/portal\\_autarquico/vila\\_bispo/v\\_pt-PT](http://www.cm-viladobispo.pt/portal_autarquico/vila_bispo/v_pt-PT)

Arquivo municipal de Vila do Bispo – [http://www.cm-viladobispo.pt/portal\\_autarquico/vila\\_bispo/v\\_pt-PT/menu\\_munice/servicos\\_municipais/arquivo\\_municipal/](http://www.cm-viladobispo.pt/portal_autarquico/vila_bispo/v_pt-PT/menu_munice/servicos_municipais/arquivo_municipal/)

Câmara municipal de Vila Real de Santo António – [http://www.cm-vrsa.pt/portal\\_autarquico/vila\\_real\\_sto\\_antonio/v\\_pt-PT](http://www.cm-vrsa.pt/portal_autarquico/vila_real_sto_antonio/v_pt-PT)

Arquivo municipal de Vila Real de Santo António – [http://www.cm-vrsa.pt/portal\\_autarquico/vila\\_real\\_sto\\_antonio/v\\_pt-PT/menu\\_munice/cultura/arquivo\\_municipal/](http://www.cm-vrsa.pt/portal_autarquico/vila_real_sto_antonio/v_pt-PT/menu_munice/cultura/arquivo_municipal/)

Câmara municipal de Manteigas – <http://www.cm-manteigas.pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Manteigas – <http://www.cm-manteigas.pt/municipio/servicosprojectos/Paginas/ArquivoMunicipal.aspx>

Câmara municipal de Mêda – <http://www.cm-meda.pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Mêda – <http://www.cm-meda.pt/culturadesporto/Paginas/ArquivoMunicipal.aspx>

Câmara municipal de Seia - <http://www.cm-seia.pt/>

Câmara municipal da Batalha – <http://www.cm-batalha.pt/>

Arquivo municipal da Batalha – <http://www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/equipamentos/arquivo-historico>

Câmara municipal de Leiria – <http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx>

Arquivo municipal de Leiria – [http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=27922](http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27922)

Arquivo administrativo de Leiria – [http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=31492](http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=31492)

Arquivo histórico de Leiria - [http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=31499](http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=31499)

Câmara municipal da Marinha Grande - <http://ww2.cm-mgrande.pt/>

Arquivo municipal da Marinha Grande - <http://ww2.cm-mgrande.pt/>

Câmara municipal de Óbidos – <http://www.cm-obidos.pt/>

Arquivo municipal de Óbidos - <http://www.cm-obidos.pt/custompages/showpage.aspx?bko=true&pageid=283a1526-f821-40c6-9fbe-bdd18629a3eb&m=b121>

Câmara municipal de Pedrógão Grande – <http://www.cm-pedrogaogrande.pt/>

Arquivo municipal de Pedrógão Grande – [http://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=137&Itemid=118](http://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=118)

Câmara municipal de Pombal – <http://www.cm-pombal.pt/>

Arquivo municipal de Pombal – [http://www.cm-pombal.pt/seu\\_municipio/espacos/arquivo.php](http://www.cm-pombal.pt/seu_municipio/espacos/arquivo.php)

Câmara municipal de Alenquer – <http://www.cm-alenquer.pt/>

Arquivo municipal de Alenquer – <http://www.cm-alenquer.pt/catalogs/listentities.aspx?category=66&m=b132>

Blogue do Arquivo Histórico Municipal de Alenquer e do Museu Municipal Hipólito Cabaço - <http://arquivomuseualenquer.blogspot.pt/>

Câmara municipal do Cadaval – <http://www.cm-cadaval.pt/>

Blogue do Arquivo municipal do Cadaval – <http://arquivo-cadaval.blogs.sapo.pt/>

Museu municipal do Cadaval - <http://www.cadaval.org/old/museu/museu.html>

Câmara municipal de Cascais – <http://www.cm-cascais.pt/>

Arquivo histórico municipal de Cascais – <http://www.cm-cascais.pt/area/arquivo-historico-municipal>

Arquivo Intermédio municipal de Cascais - <http://www.cm-cascais.pt/arquivo-intermedio#overlay-context=sub-area/arquivo-historico-municipal>

Câmara municipal de Lisboa – <http://www.cm-lisboa.pt/>

Arquivo municipal de Lisboa – <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/equipamentos-culturais/arquivo-municipal> e <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Câmara municipal da Lourinhã – <http://www.cm-lourinha.pt/>

Arquivo municipal da Lourinhã – <http://www.cm-lourinha.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=fe3e3578-fb75-4cb0-bfbf-8de3a541c991&q=arquivo%20municipal>

Câmara municipal de Mafra – <http://www.cm-mafra.pt/>

Arquivo municipal de Mafra – <http://www.cm-mafra.pt/Areas/Cultura/arquivomunicipal/>

Câmara municipal de Oeiras – [http://www.cm-oeiras.pt/Paginas/cmo\\_homepage.aspx](http://www.cm-oeiras.pt/Paginas/cmo_homepage.aspx)

Arquivo municipal de Oeiras – <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/Sustentabilidade/DesenvolvimentoOrganizacional/Paginas/ArquivoDigital.aspx>

Câmara municipal de Sintra – <http://www.cm-sintra.pt/>

Arquivo histórico municipal de Sintra – <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=2569>

Arquivo intermédio municipal de Sintra – <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=2300>

Câmara municipal de Torres Vedras – <http://www.cm-tvedras.pt/>

Arquivo municipal de Torres Vedras – <http://www.arquivo-tvedras.pt/>

Câmara municipal de Alter do Chão – <http://www.cm-alter-chao.pt/pt/>

Arquivo municipal de Alter do Chão – <http://www.cm-alter-chao.pt/pt/turismo/museus>

Câmara municipal de Campo Maior – <http://www.cm-campo-maior.pt/pt/>

Arquivo municipal de Campo Maior – <http://www.cm-campo-maior.pt/pt/municipio/biblioteca-2>

Câmara municipal de Elvas – <http://www.cm-elvas.pt/pt/>

Arquivo municipal de Elvas – <http://www.cm-elvas.pt/pt/arquivo-historico-da-cme/a-instituicao>

Câmara municipal de Marvão – <http://www.cm-marvao.pt/pt/>

Arquivo municipal de Marvão – <http://www.cm-marvao.pt/pt/historia-e-patrimonio/museus/casa-da-cultura>

Câmara municipal de Nisa – <http://www.cm-nisa.pt/>

Arquivo municipal de Nisa - [http://www.cm-nisa.pt/cultura\\_arquivohistorico.html](http://www.cm-nisa.pt/cultura_arquivohistorico.html)

Câmara municipal de Felgueiras – <http://www.cm-felgueiras.pt/VSD/Felgueiras/vPT/Publica/>

Arquivo municipal de Felgueiras – <http://www.cm-felgueiras.pt/VSD/Felgueiras/vPT/Publica/AccaoMunicipal/ArquivoMunicipal/>

Câmara municipal de Lousada – <http://www.cm-lousada.pt/VSD/Lousada/vPT/Publica/>

Câmara municipal de Penafiel – <http://www.cm-penafiel.pt/VSD/Penafiel/vPT/Publica/>

Arquivo municipal de Penafiel – <http://www.cm-penafiel.pt/VSD/Penafiel/vPT/Publica/AccaoMunicipal/ArquivoMunicipal/>

Câmara municipal do Porto – <http://www.cm-porto.pt/>

Arquivo municipal do Porto – <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/arquivos/arquivomunicipal/Paginas/arquivomunicipal.aspx>

Arquivo Histórico / Casa do Infante - <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/museus/casadoinfantemuseu/Paginas/casadoinfantenucleomuseologico.aspx>

Câmara municipal de Póvoa do Varzim – <http://www.cm-pvarzim.pt/>

Arquivo municipal de Póvoa do Varzim – <http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/arquivo-municipal-pv>

Câmara municipal de Santo Tirso – <http://www.cm-stirso.pt/>

Arquivo municipal de Santo Tirso – <http://www.cm-stirso.pt/pages/313>

Câmara municipal da Trofa – <http://www.mun-trofa.pt/>

Arquivo municipal da Trofa – <http://www.mun-trofa.pt/>

Câmara municipal de Valongo – <http://www.cmvalongo.net/>

Arquivo municipal de Valongo – <http://www.cm-valongo.pt/pelouros/cultura/arquivo-municipal/>

Câmara municipal de Vila do Conde – <http://www.cm-viladoconde.pt/>

Arquivo municipal de Vila do Conde – [http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=28984](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28984)

Câmara municipal de Vila Nova de Gaia – <http://www.cm-gaia.pt/portais/Default.aspx>

Arquivo municipal de Vila Nova de Gaia – [http://www.cm-gaia.pt/portais/\\_cmg/Categoria.aspx?categoryOID=DC8B808080A780GC](http://www.cm-gaia.pt/portais/_cmg/Categoria.aspx?categoryOID=DC8B808080A780GC)

Twitter do Arquivo municipal de Vila Nova de Gaia - <https://twitter.com/AMSMB>

Câmara municipal de Constância – <http://www.cm-constancia.pt/pt>

Arquivo municipal de Constância – <http://www.cm-constancia.pt/pt/conteudos/AcaoMunicipal/Arquivo+Municipal+de+Constancia/>

Câmara municipal de Mação – <http://www.cm-macao.pt/pt/Home.htm>

Arquivo municipal de Mação – <http://www.cm-macao.pt/pt/conteudos/servicosmunicipais/Arquivo/>

Câmara municipal de Ourém – <http://www.cm-ourem.pt/>

Arquivo municipal de Ourém – <http://www.cm-ourem.pt/index.php/arquivo-municipal.html>

Câmara municipal de Santarém – <http://www.cm-santarem.pt/Paginas/Default.aspx>

Arquivo municipal de Santarém – <http://www.cm-santarem.pt/cultura/biblioteca/arquivo/Paginas/Default.aspx>

Câmara municipal de Tomar – <http://www.cm-tomar.pt/>

Arquivo fotográfico Silva Magalhães - <http://www.cm-tomar.pt/pt/conteudos/Camara+Municipal/Servicos+Municipais/Museus1/Arquivo+Fotogr%C3%A1fico+Silva+Magalh%C3%A3es/>

Câmara municipal de Alcácer do Sal – <http://www.cm-alcacerdosal.pt/pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Alcácer do Sal – <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Viver/Arquivohistoricomunicipal/Paginas/default.aspx>

Câmara municipal de Almada – <http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2>

Arquivo municipal de Almada - [http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage\\_qry=BOUI=5264234](http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=5264234)

Arquivo Histórico - Sítio das Bibliotecas - [http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/BIBLIOTECAS/ARQ\\_HIST/?bibl=1&actualmenu=5799419&bibliot\\_arquivo=5902409&cboui=5902409](http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/BIBLIOTECAS/ARQ_HIST/?bibl=1&actualmenu=5799419&bibliot_arquivo=5902409&cboui=5902409)

Câmara municipal do Barreiro – <http://www.cm-barreiro.pt/pt>

Arquivo municipal do Barreiro – <http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/>

Câmara municipal de Grândola – <http://www.cm-grandola.pt/pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Grândola – <http://www.cm-grandola.pt/PT/Viver/arquivo/Paginas/default.aspx>

Câmara municipal do Montijo – <http://www.mun-montijo.pt/pt>

Arquivo municipal do Montijo – <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/Arquivo+Municipal/>

Câmara municipal de Palmela – <http://www.cm-palmela.pt/pt>

Arquivo municipal de Palmela – <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/Arquivo+Municipal/>

Câmara municipal de Santiago de Cacém – <http://www.cm-santiagocacem.pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Santiago de Cacém – <http://www.cm-santiagocacem.pt/viver/Cultura/EspacosCulturais/ArquivoMunicipal/Paginas/default.aspx>

Câmara municipal de Sesimbra – <http://www.cm-sesimbra.pt/pt>

Arquivo municipal de Sesimbra – [http://www.cm-sesimbra.pt/pt/conteudos/areas/arquivo+municipal/?wbc\\_purpose=basic&WBCMODE=presentationunpublishedloginfologinfol%2cpresentationunpublishedloginfologinfolloginFO](http://www.cm-sesimbra.pt/pt/conteudos/areas/arquivo+municipal/?wbc_purpose=basic&WBCMODE=presentationunpublishedloginfologinfol%2cpresentationunpublishedloginfologinfolloginFO)

Câmara municipal de Sines – <http://www.sines.pt/pt/Paginas/default.aspx>

Arquivo municipal de Sines – <http://www.sines.pt/PT/Viver/memoria/arquivo/Paginas/default.aspx>

Câmara municipal de Caminha – <http://www.cm-caminha.pt/>

Arquivo municipal de Caminha – <http://www.cm-caminha.pt/ver.php?cod=1F0A>

Câmara municipal de Melgaço – [http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal\\_municipal](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal)

Arquivo municipal de Melgaço – [http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal\\_municipal/Cultura/arquivo\\_municipal](http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/arquivo_municipal)

Câmara municipal de Monção – [http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal\\_municipal](http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal)

Arquivo municipal de Monção – [http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal\\_municipal/Cultura/arquivo\\_municipal](http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/Cultura/arquivo_municipal)

Câmara municipal de Paredes de Coura – [http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal\\_municipal](http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal_municipal)

Arquivo municipal de Paredes de Coura – [http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal\\_municipal/Cultura/arquivo\\_municipal](http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal_municipal/Cultura/arquivo_municipal)

Portal do Arquivo municipal de Paredes de Coura - <http://www.arquivo.cm-paredes-coura.pt/>

Câmara municipal de Ponte da Barca - <http://www.cmpb.pt/>

Arquivo municipal de Ponte da Barca – <http://www.cmpb.pt/ver.php?cod=0I0A0C>

Câmara municipal de Ponte de Lima - <http://www.cm-pontedelima.pt/>

Arquivo municipal de Ponte de Lima - <http://arquivo.cm-pontedelima.pt/>

Câmara municipal de Valença – [http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal\\_municipal](http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal_municipal)

Arquivo municipal de Valença - [http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal\\_municipal/servicos\\_municipais/arquivo\\_municipal](http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal_municipal/servicos_municipais/arquivo_municipal)

Câmara municipal de Viana do Castelo – <http://cm-viana-castelo.pt/>

Arquivo municipal de Viana do Castelo – <http://cm-viana-castelo.pt/pt/arquivo-municipal-2>

Câmara municipal de Vila Nova de Cerveira – [http://www.cm-vncerveira.pt/portal/page/vilanovadecerveira/portal\\_municipal](http://www.cm-vncerveira.pt/portal/page/vilanovadecerveira/portal_municipal)

Arquivo municipal de Vila Nova de Cerveira – [http://www.cm-vncerveira.pt/portal/page/vilanovadecerveira/portal\\_municipal/Cultura/arquivo\\_municipal](http://www.cm-vncerveira.pt/portal/page/vilanovadecerveira/portal_municipal/Cultura/arquivo_municipal)

Câmara municipal de Chaves – <http://www.chaves.pt/>

Arquivo municipal de Chaves – <http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=69>

Câmara municipal de Vila Real – <http://www.cm-vilareal.pt/>

Arquivo municipal de Vila Real - <http://arquivo.cm-vilareal.pt/>

Câmara municipal de Castro de Aire – <http://www.cm-castrodaire.pt/>

Arquivo municipal de Castro de Aire – [http://www.cm-castrodaire.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=616&Itemid=302](http://www.cm-castrodaire.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=616&Itemid=302)



Blogue Bytes e Papéis (Grupo de Trabalho dos Arquivos municipais do Distrito de Viseu) - <http://www.bytesepapeis.blogspot.pt/>

Câmara municipal de Nelas – <http://www.cm-nelas.pt/>

Arquivo municipal de Nelas – <http://www.cm-nelas.pt/index.php/cultura/arquivo-municipal>

Câmara municipal de Tarouca – <http://www.cm-tarouca.pt/>

Arquivo municipal de Tarouca – <http://www.cm-tarouca.pt/2011-06-15-22-15-12/arquivo-municipal>

Câmara municipal de Tondela - <http://www.cm-tondela.pt/>

Arquivo municipal de Tondela - <http://www.cm-tondela.pt/index.php/servicos/arquivo-municipal>

Câmara municipal de Viseu – <http://www.cm-viseu.pt/>

Arquivo municipal de Viseu - <http://www.cm-viseu.pt/index.php/diretorio/arquivo-municipal>

Archivo municipal de Barcelona - <http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuMunicipal/>

Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona - [http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuHistoric?lang=es\\_ES](http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuHistoric?lang=es_ES)

Archivo fotográfico de Barcelona - <http://arxiufotografic.bcn.cat/>

Facebook do arquivo municipal de Barcelona – <https://www.facebook.com/bcnarxiuunicipal>

Facebook do arquivo fotográfico de Barcelona- <https://www.facebook.com/ArxiuFotograficBcn>

Portal Português de Arquivos - <http://portal.arquivos.pt/>

## ANEXOS

**Tabela 1. Presença de Arquivos Municipais na Internet por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	19	12	63,16%
Beja	14	5	35,71%
Braga	14	6	42,86%
Bragança	12	5	41,67%
Castelo Branco	11	4	36,36%
Coimbra	17	6	35,29%
Évora	14	8	57,14%
Faro	16	10	62,50%
Guarda	14	3	21,43%
Leiria	16	6	37,50%
Lisboa	16	9	56,25%
Portalegre	15	5	33,33%
Porto	18	10	55,56%
Santarém	21	5	23,80%
Setúbal	13	9	69,23%
Viana do Castelo	10	9	90,00%
Vila Real	14	2	14,29%
Viseu	24	6	25,00%
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>116</b>	<b>37,66%</b>

**Tabela 2. Arquivos Municipais com sítio próprio na Internet por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.º absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	1	8,33%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	1	16,67%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	1	10,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	9	3	33,34%
Portalegre	5	0	0,00%
Porto	10	1	10,00%
Santarém	5	1	20,00%
Setúbal	9	0	0,00%

Viana do Castelo	9	1	11,12%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	6	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>10</b>	<b>8,62%</b>

**Tabela 3. Arquivos Municipais com presença no portal da Câmara Municipal por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	12	100,00%
Beja	5	5	100,00%
Braga	6	6	100,00%
Bragança	5	5	100,00%
Castelo Branco	4	4	100,00%
Coimbra	6	6	100,00%
Évora	8	8	100,00%
Faro	10	9	90,00%
Guarda	3	3	100,00%
Leiria	6	6	100,00%
Lisboa	9	9	100,00%
Portalegre	5	5	100,00%
Porto	10	10	100,00%
Santarém	5	5	100,00%
Setúbal	9	9	100,00%
Viana do Castelo	9	9	100,00%
Vila Real	2	2	100,00%
Viseu	6	5	83,34%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>112</b>	<b>96,55%</b>

**Tabela 4. Blogues de Arquivos Municipais por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	<b>1</b>	8,33%
Beja	5	<b>0</b>	0,00%
Braga	6	<b>0</b>	0,00%
Bragança	5	<b>1</b>	20,00%
Castelo Branco	4	<b>0</b>	0,00%
Coimbra	6	<b>0</b>	0,00%
Évora	8	<b>0</b>	0,00%
Faro	10	<b>0</b>	0,00%
Guarda	3	<b>0</b>	0,00%
Leiria	6	<b>0</b>	0,00%
Lisboa	7	<b>2</b>	28,57%

Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	0	0,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>4</b>	<b>3,45%</b>

**Tabela 5. Arquivos Municipais com conta no Facebook por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	2	16,67%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	1	16,67%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	0	0,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	2	28,57%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	2	20,00%
Santarém	5	1	20,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	1	11,12%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	1	20,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>11</b>	<b>9,48%</b>

**Tabela 6. Arquivos Municipais com conta no Twitter por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	0	0,00%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	0	0,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%

Lisboa	7	0	0,00%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	1	10,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>1</b>	<b>0,86%</b>

**Tabela 7. Arquivos Municipais com conta no Flickr por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	0	0,00%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	0	0,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	1	14,29%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	0	0,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>1</b>	<b>0,86%</b>

**Tabela 8. Arquivos Municipais com IDD *online* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagem</b>
Aveiro	12	4	33,34%
Beja	5	3	60,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	1	20,00%
Castelo Branco	4	3	75,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	4	50,00%
Faro	10	7	70,00%
Guarda	3	0	0,00%

Leiria	6	4	66,67%
Lisboa	7	6	85,71%
Portalegre	4	4	100,00%
Porto	10	8	80,00%
Santarém	5	3	60,00%
Setúbal	9	9	100,00%
Viana do Castelo	9	8	88,89%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	1	20,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>69</b>	<b>59,48%</b>

**Tabela 9. Arquivos Municipais com descrição multinível *online* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	1	8,34%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	2	20,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	5	71,42%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	2	20,00%
Santarém	5	1	20,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	2	22,22%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>16</b>	<b>13,79%</b>

**Tabela 10. Arquivos Municipais com objetos digitais *online* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	1	8,34%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	1	25,00%
Coimbra	6	1	16,67%

Évora	8	1	12,50%
Faro	10	2	20,00%
Guarda	3	1	33,34%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	3	42,86%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	3	30,00%
Santarém	5	2	40,00%
Setúbal	9	2	22,22%
Viana do Castelo	9	1	11,11%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>11</b>	<b>9,48%</b>

**Tabela 11. Arquivos Municipais com colaboração / interação com os utilizadores *online* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	1	10,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	2	28,57%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	2	20,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	2	22,22%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>9</b>	<b>7,76%</b>

**Tabela 12. Arquivos Municipais com Exposições virtuais\* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%

Braga	6	1	16,67%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	1	25,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	5	50,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	0	0,00%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	4	40,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	2	22,22%
Viana do Castelo	9	2	22,22%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>17</b>	<b>14,66%</b>

\* Contabilizam-se as iniciativas "Documento do Mês"

**Tabela 13. Arquivos Municipais com estratégias de marketing /  
divulgação *online* por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	0	0,00%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	0	0,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	0	0,00%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	2	20,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>2</b>	<b>2,59%</b>



**Tabela 14. Arquivos Municipais com *links* para outros *sites* na Internet  
por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	2	16,67%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	1	16,67%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	3	30,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	3	42,86%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	4	40,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	2	22,22%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	3	60,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>20</b>	<b>17,24%</b>

**Tabela 15. Arquivos Municipais com registo de número de acessos *online*  
por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	1	8,33%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	0	0,00%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	1	10,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	1	14,29%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	0	0,00%
Santarém	5	1	20,00%
Setúbal	9	0	0,00%

Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	1	20,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>6</b>	<b>5,17%</b>

**Tabela 16. Arquivos Municipais com estudos de perfil de utilizador  
online por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos na Web</b>	<b>n.ºs absolutos</b>	<b>percentagens</b>
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	0	0,00%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	0	0,00%
Faro	10	0	0,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	0	0,00%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	0	0,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	0	0,00%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

**Tabela 17 - Distrito de Aveiro**

<b>Município</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>	<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Águeda	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Albergaria-a-Velha	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anadia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arouca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aveiro	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Castelo de Paiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espinho	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estarreja	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ílhavo	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mealhada	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Murtosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oliveira de Azeméis	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
Oliveira do Bairro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ovar	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Maria da Feira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João da Madeira	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sever do Vouga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vagos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vale de Cambra	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
<b>TOTAL: 19</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

**Tabela 18. Distrito de Beja**

Município	1		2	3				4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	1 a	1 b		B	FB	T	F											
Aljustrel	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almodovar	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alvito	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barrancos	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Beja	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castro Verde	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cuba	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	0	*		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mértola	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moura	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Odemira	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ourique	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serpa	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vidigueira	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 14</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

\* conta  
suspensa

**Tabela 19 - Distrito de Braga**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Amares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barcelos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Braga	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cabeceiras de Basto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Celorico de Basto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Esposende	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fafe	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guimarães	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Póvoa de Lanhoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terras de Bouro	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vieira do Minho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Famalicão	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Vila Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vizela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 14</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 20 - Distrito de Bragança**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alfândega da Fé	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bragança	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carrazeda de Ansiães	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Freixo de Espada à Cinta	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Miranda do Douro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirandela	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mogadouro	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Torre de Moncorvo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vimioso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vinhais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 12</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 21 - Distrito de Castelo Branco**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Belmonte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Covilhã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Idanha-a-Nova	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oleiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penamacor	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proença-a-Nova	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sertã	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila de Rei	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Velha de Ródão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 11</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 22. Distrito de Coimbra**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Arganil	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cantanhede	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coimbra	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Condeixa-a-Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Figueira da Foz	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Góis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lousã	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Miranda do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montemor-o-Velho	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oliveira do Hospital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pampilhosa da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penacova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soure	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tábua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Vila Nova de Poiares	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 17</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 23. Distrito de Évora**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alandroal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arraiolos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Borba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estremoz	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Évora	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Montemor-o-Novo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mourão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portel	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redondo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reguengos de Monsaraz	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendas Novas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana do Alentejo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Viçosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 14</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 24 - Distrito de Faro**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Albufeira	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Alcoutim	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aljezur	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castro Marim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faro	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Lagoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lagos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0
Loulé	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monchique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olhão	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portimão	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

São Brás de Alportel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Silves	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tavira	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Vila do Bispo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Vila Real de Santo António	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 16</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 25. Distrito da Guarda**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Aguiar da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almeida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Celorico da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Figueira de Castelo Rodrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornos de Algodres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gouveia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manteigas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mêda	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinhel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sabugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trancoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Foz Côa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 14</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 26. Distrito de Leiria**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alcobaça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ansião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Batalha	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bombarral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caldas da Rainha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castanheira de Pêra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Leiria	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marinha Grande	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nazaré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Óbidos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedrogão Grande	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peniche	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pombal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto de Mós	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL:</b> <b>16</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 27. Distrito de Lisboa**

<b>Município</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>	<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alenquer	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Amadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arruda dos Vinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Azambuja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cadaval	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cascais	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Loures	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lourinhã	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Mafra	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	0	*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sintra	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sobral de Monte Agraço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Torres Vedras	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Franca de Xira	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 16</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

\* em renovação

**Tabela 28. Distrito de Portalegre**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alter do Chão	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sousel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 15</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 29 - Distrito do Porto**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Amarante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Baião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Felgueiras	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Gondomar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lousada	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Maia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marco de Canaveses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matosinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paços de Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paredes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penafiel	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Póvoa de Varzim	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Tirso	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trofa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valongo	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Vila do Conde	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Vila Nova de Gaia	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
<b>TOTAL: 18</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 30 - Distrito de Santarém**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Abrantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alcanena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almeirim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alpiarça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benavente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartaxo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chamusca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Constância	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Coruche	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entroncamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Zêzere	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Golegã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ourém	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salvaterra de Magos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santarém	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Sardoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomar	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Torres Novas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova da Barquinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 21</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

**Tabela 31. Distrito de Setúbal**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alcácer do Sal	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barreiro	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grândola	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmela	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Santiago do Cacém	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sines	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 13</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 32. Distrito de Viana do Castelo**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Arcos de Valdevez	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caminha	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Melgaço	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monção	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paredes de Coura	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Ponte da Barca	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Lima	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Valença	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana do Castelo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Cerveira	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 10</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 33. Distrito de Vila Real**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Alijó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Boticas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chaves	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mesão Frio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mondim de Basto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montalegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Murça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peso da Régua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sabrosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Marta de Penaguião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valpaços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Pouca de Aguiar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Real	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
<b>TOTAL: 14</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

**Tabela 34. Distrito de Viseu**

<b>Município</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>				<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
	<b>1a</b>	<b>1b</b>		<b>B</b>	<b>FB</b>	<b>T</b>	<b>F</b>											
Armamar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carregal do Sal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castro de Aire	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Cinfães	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lamego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mangualde	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moimenta da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mortágua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nelas	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Oliveira de Frades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva do Castelo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penedono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resende	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Comba Dão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

São João da Pesqueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Pedro do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sátão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sernancelhe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tabuaço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tarouca	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tondela	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Paiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viseu	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Vouzela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL: 24</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

**Tabela 35. Relação de Arquivos Municipais na WWW com PARAM**

<b>Distrito</b>	<b>N.º Concelhos</b>	<b>Apoio PARAM</b>	<b>Presença na Web</b>
Aveiro	19	10	12
Beja	14	7	5
Braga	14	6	6
Bragança	12	6	5
Castelo Branco	11	4	4
Coimbra	17	4	6
Évora	14	6	8
Faro	16	6	10
Guarda	14	6	3
Leiria	16	6	6
Lisboa	16	6	7
Portalegre	15	8	4
Porto	18	9	10
Santarém	21	6	5
Setúbal	13	8	9
Viana do Castelo	10	6	9
Vila Real	14	6	2
Viseu	24	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>278</b>	<b>113</b>	<b>116</b>

**Tabela 36. Arquivo Municipal de Barcelona**

1		2	3				4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1a	1b		B	FB	T	F											
1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1